

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Victor De Carli Lopes

**INTELECTUAIS, POLÍTICA EXTERNA E CAPACIDADE
ESTATAL:
O CASO DA GANA DE KWAME NKRUMAH (1957-1966)**

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

Victor De Carli Lopes

**INTELECTUAIS, POLÍTICA EXTERNA E CAPACIDADE ESTATAL:
O CASO DA GANA DE KWAME NKRUMAH (1957-1966)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Igor Castellano da Silva

Santa Maria, RS, Brasil

2016

*Sinto na minha voz as vozes duma multidão
No coração sinto um mundo
No meu braço um exército*

*A multidão calou
O mundo perdi-o
O exército foi vencido*

*Mas a multidão silente não morreu
O exército vencido não desapareceu
E no coração tenho a certeza*

*De que o amanhã
não será ilusão.*

(Agostinho Neto, 1949)

DEDICATÓRIA

A todos/as aqueles/as que despertaram minha consciência racial. E a todos/as que ainda a buscam.

AGRADECIMENTOS

Por mais que nos últimos semestres eu tenha dedicado grande parte do meu tempo e meu conhecimento neste trabalho acredito que seria no mínimo injusto dizer que ele foi a materialização dos meus anos de graduação. Não posso começar dizendo que essa monografia é o resultado de tudo que aprendi e de tudo que fiz na faculdade, por mais que eu esteja satisfeito com o que eu escrevi e convicto de sua relevância e importância. Nada do que foi vivido por mim nos últimos anos caberia em algum papel. A faculdade me proporcionou muito mais do que base para seguir essa reprodução acadêmica, em que muitas vezes, após concluída, fica trancada em alguma gaveta escura para nunca mais ser lembrada.

Quem eu gostaria de agradecer não é quem me ajudou simplesmente com a conclusão deste trabalho, mas quem esteve comigo durante todo este curso. Em tempos que a reprodução sistêmica de conhecimento vale mais do que quem a pesquisa e para quem se adquiri esse conhecimento, prezar as conexões e os laços humanos neste processo é o que eu julgo como mais correto.

Agradeço imensamente a minha mãe, Silvana De Carli Lopes, por todo o carinho, empatia e acolhimento que sempre foram características que me orgulham todos os dias de ser teu filho. Ao meu pai, Silvio Luiz dos Santos Lopes, pelo zelo, parceria e cumplicidade que tornam tua figura de pai agora um exemplo ainda mais importante nesta fase da minha vida. A minha irmã, Giovanna De Carli Lopes, pelo apoio que é sempre típico entre dois irmãos, envolvendo muita briga e amor. A minha vó, Ilda dos Santos Lopes, pelos almoços, conversas e carinhos, que fizeram nossa convivência sempre me trazer muitas risadas, com ou sem cerveja. E por último, minha outra vó, Jurema Tereza Lusa De Carli (*in Memoriam*), por seus mimos, mesmo que exagerados, sempre me trazem a lembrança do amor em uma de suas formas mais puras.

Agradeço a todos meus tios e tias, primos e primas, não importando de qual grau ou distância. Saibam que o pensamento constante e carinho que vocês têm por mim é recíproco.

Agradeço ao Douglas por seu lado artístico ermitão, ao Arthur por sua intelectualidade à la europeia, ao Vinícius por ser tão infantil quanto eu, à Marina por dividir o aniversário comigo, ao Manduré por seus dotes culinários e sua excentricidade, à Alessandra por seu jeito Alessandra, ao William por sua falta de noção que o torna único, à bibis pelo açaí e pelas viagens, ao Wagner meu ursinho da PJ, à Juliana por conhecer o glúten, à Laura por sua espontaneidade e ao Pastl por já ter decorado a Wikipédia. Faltam aqui muitos outros amigos que eu fui presenteado pela faculdade e carregarei comigo para sempre. Com nossas conversas, discussões e debates aprendi muito mais que qualquer educação formal poderia me ensinar. Como cada um de nós seguimos caminhos de pesquisa diferentes, a cada diálogo que temos eu me enriqueço mais. E principalmente, os agradeço pelos laços que criamos. É isso que enche minha vida de vida.

Agradeço ao Igor Castellano da Silva, que mais do que meu orientador neste trabalho foi um exemplo profissional para mim e para tantos outros colegas. Suas aulas me mostraram o quão profundo e diverso poderia ser o estudo de Relações Internacionais. Agradeço meus demais professores da história, RI e direito que mostraram que a academia poderia ser um ambiente de transformação.

Por último, agradeço a duas pessoas que tem ressignificado minha vida nos últimos tempos. A primeira é minha companheira de todos os dias, que está me mostrando o qual maravilhosa a vida a dois pode ser. A Bibiana Irala Gomes que além de me proporcionar amor que me transborda e me motiva, está nutrindo nosso pequeno rebento e meu último objeto de agradecimento. Ao Martín e toda imprevisibilidade e amor que ele vai trazer para nossa casa e nossa vida. É curioso como já posso ter um sentimento tão grande por alguém que ainda não sei como é. A certeza que tenho, é que nessa futura avalanche de sentimentos e novidades, vou poder contar com todos a cima citados, e acho que isso é o resultado mais importante dos meus últimos anos.

RESUMO

INTELECTUAIS, POLÍTICA EXTERNA E CAPACIDADE ESTATAL: O CASO DA GANA DE KWAME NKRUMAH (1957-1966)

Autor: Victor De Carli Lopes
Orientador: Igor Castellano da Silva

A década de 1960 tem uma extrema importância na história recente do continente africano. Nela, boa parte dos países da África obtiveram suas independências política de suas antigas metrópoles imperiais. Gana, em 1957, foi o primeiro país subsaariano a conquistá-la, servindo de modelo e dando apoio aos demais. Dentre os desafios que esses recém-criados países tinham que enfrentar estava o de como delinear sua Política Externa, agora de maneira autônoma. Este trabalho visa estudar a relação dos intelectuais africanos e suas ideias para a formação da política externa de seus países, tendo como caso específico o pensamento de Nkrumah e sua influência em Gana. Considerando esses intelectuais como uma variável independente, busca-se entender como suas ideias condicionaram as políticas públicas dos seus Estados, analisando sobre o prisma da Política Externa como variável dependente. Para fins analíticos a Política Externa será discriminada em dois planos, o de sua atitude e seu comportamento. Se na atitude está relacionada com a relação de aceitação de cada país com o sistema internacional, seu comportamento diz respeito a sua atuação ante a esse sistema. Essa atuação encontra limites na medida da debilidade de seus Estados praticantes, adotando-se a capacidade estatal como a variável interveniente dessa relação. Valendo-se do método hipotético-dedutivo para relacionar os principais determinantes na política externa desses países, suas relações e como estudá-los, será utilizado fontes primárias, como os livros desses intelectuais e documentos oficiais de conferências ou de seus governos, e fontes secundárias como relatos, artigos e livros sobre a política externa africana desse contexto de pós-independência, sendo priorizadas as narrativas nativas do continente africano, a fim de deixar que os próprios atores protagonizem e contem sua história.

Palavras chave: Kwame Nkrumah; Gana; Intelectuais Africanos; Política Externa; Capacidade Estatal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. A ÁFRICA PÓS-1935 E SEUS FILHOS	15
2.1 ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA AFRICANA	15
2.2 REDES INTELLECTUAIS DA ÁFRICA E SUA DIÁSPORA	21
2.3 CAPACIDADE ESTATAL E COMPORTAMENTO DE POLÍTICA EXTERNA	29
2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	33
3. KWAME NKRUMAH E A ATITUDE DE POLÍTICA EXTERNA GANESA	34
3.1 VIDA E CARREIRA POLÍTICA	34
3.2 NEOCOLONIALISMO	36
3.3 CONSCIENTISMO.....	40
3.3 PAN-AFRICANISMO	45
3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	50
4. COMPORTAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA DE GANA	52
4.1 QUANDO A ATITUDE PREDIZ O COMPORTAMENTO	52
4.2 INSUSTENTABILIDADE DA AÇÃO EXTERNA.....	61
4.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
6. REFERÊNCIAS	76

1.Introdução

Costumeiramente se considera o início da Segunda Guerra Mundial em 1939 com a invasão alemã na Polônia, porém já em 1935 a guerra chega em solo africano com a invasão da Itália fascista na Etiópia, Estado símbolo da resistência africana às tentativas de colonização. A chegada desta guerra no continente trouxe novas dinâmicas e mexeu com o imaginário de todo o mundo negro. Africanos de todos os países, da diáspora ou do continente, começaram a se organizar mais efetivamente em torno de um ideal em comum: a libertação africana. Logo no início do século XX, intelectuais negros de todo o mundo desenvolveram teorias que pregavam um empoderamento da população negra. Embora a luta dos negros de cada país ganhasse contornos diferentes, uma base em comum estava sendo traçada. Ideais de pan-africanismo, negritude e pensamentos que prezassem uma identidade ancestral negra ou mesmo uma (re)valorização da cultura africana começavam a se difundir entre os grupos negros formados.

Inicialmente esses grupos eram formados no mundo ocidental, encontrados principalmente na costa leste estadunidense, na Inglaterra, França e no caribe, regiões tidas como o Atlântico Negro, por Paul Gilroy (2001). Esses locais se tornaram pontos de encontro para negros de diferentes países da África, pois tinham uma melhor estrutura física e material que qualquer país africano no período. Mesmo as comunicações intracontinentais eram precárias. A maioria dos transportes da era colonial eram ligando regiões ricas em mineração ou cultivo até a costa para o envio até as metrópoles. Era mais fácil para nativos de diferentes regiões na África se encontrarem na Europa do que dentro de seu próprio continente. Essas cidades receptoras de africanos de todas as colônias favoreceram a criação de um sentimento maior de pertença continental e de uma ideia pan-africana mais ampla. Uma vez que estavam reunidas pessoas de diferentes pontos da África, o nacionalismo tradicional cedia espaço para um macronacionalismo concebido no sentimento de pertença à África.

Com a guerra sendo travada também em território africano, muitos nativos do continente lutaram para defender suas metrópoles coloniais. Mazrui (2010) encara essa participação como uma escolha entre vários demônios. Esses africanos não estavam colaborando com o imperialismo, mas lutando contra uma forma de hegemonia ainda mais perigosa imposta pelo fascismo. Este engajamento na guerra trouxe consequências dentro e fora do continente. Esses tão grandiosos impérios que comandavam suas colônias no além-mar tinham sido fragilizados, derrotados e até mesmo dominados. A noção de intangibilidade que muitos africanos tinham em relação a seus mestres coloniais enfraquecera. Esses impérios agora precisavam se reconstruir, diminuindo seu interesse no continente africano para focar mais internamente.

Os africanos que lutaram pela recuperação da soberania francesa, arriscaram suas vidas em nome da liberdade e autogoverno francês, ficaram inflamados a buscar o mesmo em seus países. Um movimento similar aconteceu com os que lutaram para defender a Inglaterra. Os ideais de humanismo, liberdade e igualdade tidos como universais desde o iluminismo não foram feitos para sair do seu berço europeu. Quando outros países, principalmente países coloniais, tentavam adotá-los para buscar transformações em sua estrutura nacional eles recebiam como resposta a repressão de sua metrópole (BUCK-MORSS, 2011). O humanismo europeu estava sendo desnudado. Em seu prefácio ao livro de Os Condenados da Terra de Fanon (1968, p.8), Sartre desmascara o duplo-processo que acontecia na Europa, denunciando que "Vós, tão liberais, tão humanos, que levais o amor da cultura até ao preciosismo, fingis esquecer que: tendes colônias e que nelas se praticam massacres em vosso nome". A busca pela libertação africana havia entrado na ordem do dia.

Esses temas que eram desenvolvidos não se tratavam muitas vezes de escolhas pessoais, eles surgiam de uma situação e contexto histórico. O segundo terço do século XX foi um momento especial para o continente africano. Marcado pelo grande otimismo, possibilidades e perspectivas favoráveis e uma sucessão de independências, a África inspirava seus pensadores a serem os mais ousados possível. Porém as soluções práticas não viriam apenas com uma decisão pessoal, mas com uma transformação social das estruturas da sociedade de forma a romper com o imperialismo e seus aliados internos (NGUGI, 1986, p. XII).

Em 1957 Gana se tornou o primeiro país da África subsaariana a conquistar a independência sendo sucedida por mais 18 países nos três anos seguintes. Após obter suas independências políticas os países tiveram que se organizar frente a todas as deficiências que seus Estados herdavam. Suas soberanias muitas vezes limitadas acabavam conservando a dependência com as antigas metrópoles, não configurando as obtidas independências em autonomia de fato para esses países. Essas vozes que lutaram pelo autogoverno do país, não raro se tornaram os chefes de Estado ou ocuparam posições de poder nos governos dos novos países. Porém, seus gritos por pan-africanismo, não-alinhamento e uma África unida eram abafados pelas limitações de seus Estados.

A partir do tema geral das independências africanas, suas novas configurações de Política Externa e seus intelectuais, este trabalho terá como objeto específico o caso de Gana e de seu líder Kwame Nkrumah. Nkrumah foi um notório ativista pela libertação de Gana, o fim total do colonialismo e do neocolonialismo na África e da união política africana. O recorte temporal analisado será o período em que Nkrumah se encontrava como chefe de Estado de Gana, de 1957 a 1966, demonstrando as possibilidades que ele teve para buscar a

implementação de seus ideais. Desta forma, este estudo é norteado em torno da seguinte questão: A partir do caso de Gana e do contexto de libertação da África, como se deu a relação dos intelectuais africanos e suas ideologias para auxiliar na construção de uma política externa de seus países?

A hipótese testada é de que Kwame Nkrumah e muitos outros pensadores políticos-nacionalistas africanos desenvolveram ideias que lastrearam a atitude da Política Externa dos recém-independentes países africanos, isto é, suas impressões e satisfações em relação aos seus países na ordem internacional, porém a aplicação dessas ideias, ou seja, seu comportamento encontrou limites na medida da debilidade da capacidade estatal de seus Estados praticantes.

Quanto ao objetivo do trabalho, procura-se compreender a relação entre a atitude e o comportamento da política externa africana durante o período das independências, focando no caso de Gana e levando em conta a influência que a intelectualidade do continente e de sua diáspora teve na composição dessa atitude e como a capacidade estatal adaptou seu comportamento. Tendo como objetivos específicos relacionar a atitude e comportamento da política externa dos países africanos do período da independência, formas de se analisar essa política externa e seus principais condicionantes, aqui considerados a elite intelectual e a capacidade estatal; identificar a relevância das teorias de Nkrumah em sua atuação como chefe de Estado bem como nas políticas realizadas por ele e os desdobramentos que essas linhas de pensamento tiveram na construção da política externa do país; e analisar casos da política externa ganesa que explicitem as diferenças entre a atitude e o comportamento do país.

Para elucidar melhor a hipótese e o objetivo, deve-se destacar os referenciais teóricos utilizados aqui, explicando um pouco dos conceitos abordados. O termo pós-colonial é comumente usado para se referir às contribuições que ganharam evidência nos anos 1980 em universidades inglesas e estadunidenses, tendo sua fonte principal em estudos literários e Culturais (BALLESTRIN, 2013, p.90). Dessa forma o prefixo pós não se constitui como um indicador temporal, mas sim de uma marca para se pensar na continuidade política, onde se procura evidenciar a perpetuidade de um sistema global hegemônico (JATOBÁ 2013, p.119). Assim como em outras correntes que adotaram o prefixo "pós", o pós-colonialismo tem uma gama muito variada de adeptos, mas que comungam de determinadas características, como a da busca por uma epistemologia crítica às concepções dominantes da modernidade gerando não uma substituição de paradigmas, mas o surgimento de paradigmas outros; a formulação de teorias próprias que tenham como lastro as especificidades da região tratada e libertar a população do Sul-Global dos essencialismos, através da desconstrução dos mesmos.

Sempre em que se restringe um determinado conjunto a ser estudado, independente de qual é critério de separação, ocorre uma arbitrariedade. A utilização de limites geográficos como guia não é menos verdade. A própria definição de terceiro mundo extravasa uma margem continental e um limite territorial fixo. Neste estudo, o caso estudado é o de Gana, focando na realidade do país como objeto. Porém em uma visão mais ampla, podemos considerar como um macro-objeto o continente africano em geral. Se privilegiará o continente africano como um todo, pois ao analisar o objetivo dos movimentos intelectuais africanos deste período, o escopo de suas políticas externas, e a área em que o pan-africanismo atuava, deve-se considerar essa unicidade africana, não a restringindo em blocos, grupos ou conjuntos separados. É impossível estudar a política externa dos países da África negra, sem estar consciente da constante interação dialógica de movimentos do sul para o norte e do norte para o sul. O que leva a considerar o Saara como uma fronteira geográfica, mas não como uma fronteira política, a tê-lo como um lugar de passagem e aproximação e não de afastamento e diferenças (THIAM, 1965, p.xiv).

Por construtivismo será considerada a concepção de Adler (1999) de que o construtivismo é a perspectiva que advoga que o modo pelo qual o mundo material se relaciona com a ação humana, formando-a e sendo formado por ela, depende de interpretações dinâmicas do mundo material. Em vez de enfatizarem a natureza dos agentes ou seus comportamentos como ponto de partida, os construtivistas preferem enfatizar os fatores não materiais que condicionam suas identidades interesses e decisões. A atenção que dos construtivistas recai principalmente sobre o modo como os agentes lidam com as diversas estruturas sociais, que são intersubjetivas pela própria definição. Sendo a realidade uma construção social ao longo da história, então há possibilidade de modificá-la. Para o construtivismo a realidade internacional, como qualquer realidade social, é constituída de elementos materiais e ideacionais (JATOBÁ, 2013, p.84).

A política externa neste trabalho será discriminada em dois planos distintos, porém interligados: a atitude e o comportamento. Isso se justifica, dada a dificuldade que se encontra em muitos casos de prever o comportamento de um ator baseado em sua atitude. No caso dos Estados, será utilizada a proposição de Castellano (2015) de que as atitudes estão relacionadas a conformação dos Estados dentro do *status quo* do sistema internacional, podendo ser uma potência que apresenta uma satisfação contrária ao sistema ou uma que apresenta uma satisfação favorável. Já o comportamento está relacionado à atuação deste Estado ante a esse sistema. A dificuldade dessa relação atitude-comportamento é de que a ação do Estado pode ser realizada por uma pressão internacional e não pela sua percepção e vontade de mudança no

ambiente internacional. Um ator pode estar insatisfeito com seu *establishment*, mas mesmo assim não executar nada em relação a isso.

A partir disso, destaca-se que este trabalho tem uma relevância acadêmica na medida em que ele se insere na discussão a respeito da dilatação das formas de se estudar a Análise de Política Externa. O caso de Gana permite um estudo detalhado da relação atitude-comportamento, ao passo que Nkrumah expunha abertamente sua satisfação ante o sistema internacional e seus anseios para mudança e que Gana não conseguiu implementar concretamente essa vontade. O caso de independência do país fornece um vasto campo de observações sobre a política externa como construtora da identidade nacional do país, e ainda mais interessante do caso ganês é que suas pretensões abarcavam todo o continente, elevando o palco de seus discursos ao nível africano.

Ademais, com o maior diálogo dessa disciplina com outras áreas do conhecimento uma abordagem que adote elementos pós-coloniais tende a valorizá-la ainda mais. Além de ampliar as ferramentas de análise, deve-se ampliar os objetos e territórios da análise, bem como suas fontes de pesquisa. A utilização das obras de Nkrumah, que ainda é incipiente no Brasil, e do caso de Gana, vem a somar ainda mais nessa construção do conhecimento.

Qualquer estudo que apresente uma realidade do Sul a partir do pensamento do Sul já se inicia como uma justificativa tanto acadêmica quanto social. Esse argumento é sustentado partindo do princípio que as teorias oriundas do Norte global têm uma predominância sobre as demais. E que além disso acarretar em um problema epistemológico, uma vez que se esteja (a) ignorando as contribuições que diferentes lugares podem trazer, (b) desconsiderando séculos de tradição de diferentes povos, (c) preterindo outras visões para analisar outras realidades, ou até mesmo as mesmas realidades; acarreta também um problema que afeta o cotidiano das pessoas e mantém as estruturas de poder estabelecidas, gerando também consequências ontológicas.

Torna-se, portanto, imperativo reverberar ideias, pensamentos, filosofias e ciências produzidas no Sul. Nesse sentido, as teorias pós-coloniais ganham um destaque importante. Com uma narração que desloca a narrativa da centralidade europeia para suas “periferias” dispersas pelo mundo, ela permite superar a crise que as teorias *mainstream* tem ao falhar ao explicar o mundo (HALL, 2003). E isto não significa uma crítica rupturalista, em que devemos abandonar as teorias do Norte, renegar todo o conhecimento lá produzido e iniciar o nosso próprio. Não se trata de construir mais disjunções, e sim o inverso. Valorizando, estimulando e produzindo teorias autóctones iremos dispor de ferramentas mais diversas e de maior qualidade para analisar nossa sociedade e resolver problemas. Essas teorias, muitas vezes buscam

solucionar, ou explicar, algumas das mazelas recorrentes nesses países de terceiro mundo, marcadas fortemente pela relação colonial existente no passado. Por essa ótica, o aspecto “colonial” ainda encontra-se vivo, já que sobreviveu através de seus efeitos secundários (HALL, 2003, p.110). Considerando, de acordo com Bhabha (1998, p.72), que “a luta contra a opressão colonial não apenas muda a direção da história ocidental, mas também contesta sua ideia historicista de tempo como um todo progressivo e ordenado”, as análises dos pensadores que contribuíram à luta, tanto de maneira intelectual, quanto política, torna-se um importante objeto de estudo da história.

A pertinência social deste estudo se estende na medida em que ele visa o empoderamento, reconhecimento cultural e valorização da história negra. Alinhado a lei 10.639/03, lei esta que pauta sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensinos fundamentais e médios, além de outras providências, essa produção visa fornecer aportes teóricos para que conheça e se divulgue as ideias e pensamentos. Trazer a história africana centrada na agência e nas intenções dos próprios africanos e destacar a força negra no continente africano é também destacar a força negra no Brasil. As teorias que excluem a agência negra na África são as mesmas que desvalorizam e invisibilizam a agência negra no Brasil, ontem e hoje. Este trabalho busca explorar o papel dos intelectuais africanos para dotar de cada vez mais capacidade os intelectuais negros deste país também, pois “Enquanto os Leões não tiverem seus próprios historiadores, as histórias de caça sempre glorificarão o caçador”.

Quanto a metodologia o presente trabalho utilizará do método de abordagem hipotético-dedutivo, fazendo valer teorias, pensamentos e conceitos já produzidos anteriormente para testar sua hipótese e mesmo acrescentar conceitos ao tema. Quanto ao procedimento irá ser empregado o estudo de caso, focando no contexto da independência de Gana, uma vez que ele seja um exemplo emblemático para a proposta, sendo escolhido além da importância simbólica e germinal para o cenário africano, também dada a possibilidade que se abre para aprofundar e ter mais controle da linha argumentativa estudada, visto que se trata de um caso direto. Como já dito, o recorte temporal será o do contexto da independência de Gana e a ascensão de Kwame Nkrumah a líder político desse país, período em que ele produziu a maioria de seus livros e buscou pôr em prática seu pensamento. Utilizando como variável dependente a política externa, será mostrado como ela é condicionada pelo conhecimento gerado pela sua elite intelectual, sendo essa a variável independente. A política externa, porém, pode ser dividida em duas fases distintas, a de sua formulação e a de sua aplicação, sendo essa última moderada pela capacidade estatal do país em questão.

A estrutura textual será feita pela divisão de três capítulos. O capítulo 1 será a base contextual do trabalho. Nele serão analisadas ferramentas e abordagens do estudo da política externa e da subdisciplina de Análise de Política Externa, valorizando em específico o contexto terceiro mundista e africano. Também serão tratadas as redes intelectuais de africanos do continente e de sua diáspora, as principais ideias e suas formações bem como a influência que elas tiveram na delineação da PE de seus respectivos países e da África de maneira geral. Por último, tratará dos entraves que esses países em formação sofreram para desenvolver e aplicar suas posições no ambiente internacional, dada as limitações de suas capacidades estatais. No segundo capítulo, discorrerá sobre a vida e obra de Kwame Nkrumah e como seus pensamentos influenciaram na atitude da política externa de Gana. Será feito um estudo em fontes primárias, consultado diretamente seus livros, e em fontes secundárias utilizando artigos, textos e livros sobre o assunto. Dada a extensa obra de Nkrumah, foi necessário selecionar alguns de seus livros, sendo feita essa seleção pela importância e influência que eles tiveram no pensamento africano e para teorias pós-coloniais, sendo eles *Africa Must Unite*, original de 1963, *Consciencism: Philosophy and Ideology for De-Colonisation*, lançado em 1964 e depois feita uma segunda edição em 1970 e *Neo-Colonialism: the Last stage of Imperialism*, publicado no ano de 1965. Por último, no capítulo 3, apresentaremos o comportamento da política externa de Gana trazendo suas influências e seus dilemas. O nível de análise será tanto no sistema internacional, através das relações do país com as antigas metrópoles coloniais, conflitos internacionais e participação de Organizações Internacionais, quanto no plano regional e continental, onde se percebe melhor a influência do país e ele possui maior espaço para articulação. Esta análise será embasada por fontes primárias como discursos de Nkrumah e Cartas das convenções além de outras fontes disponibilizadas do governo ganês e fontes secundárias produzidas a esse respeito. Nele será posta à prova a relação entre atitude-comportamento a partir de casos específicos do governo Nkrumah, como Gana desempenhou essa relação e seus constrangimentos.

2.ÁFRICA PÓS-35 E SEUS FILHOS

“Não houve nenhuma grande revolução na história moderna sem intelectuais; de modo inverso, não houve nenhum grande movimento contra-revolucionário sem intelectuais. Os intelectuais têm sido os pais e as mães dos movimentos e, é claro, filhos e filhas e até sobrinhos e sobrinhas.” (SAID, 2000, p.28)

O presente capítulo visa apresentar o quadro teórico que será abordado nesse trabalho, conceitos chave para a compreensão do tema proposto e algumas das discussões já existentes a respeito do assunto. Mediante três subseções se desenhará o plano de fundo para se desenvolver os capítulos seguintes, sendo a primeira relativa à análise de política externa quanto subdisciplina das RI e da Política Internacional, focando em seu estudo no Terceiro Mundo e mais especificamente na África, a segunda remontando as redes de intelectuais africanos e a formação de suas ideias e a terceira a utilização dos aportes sobre capacidade estatal e construção do Estado e suas relações com a África e sua política externa.

2.1 - ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA AFRICANA

A Análise de Política Externa como subdisciplina vem se desenvolvendo desde os anos 50 e ganhando cada vez mais profundidade teórica e expansão tanto no que tange o aumento de territórios estudados quanto ao arcabouço utilizado para isso. Sua abordagem, tradicionalmente estadocêntrica, vem se modificando ao longo dos anos, principalmente para abarcar as regiões que não eram favorecidas com essa perspectiva e para acompanhar as novas dinâmicas do processo de globalização do pós-guerra fria¹.

Sendo a política externa uma política pública, é imprescindível levar em consideração todas as pressões internas, bem como as dinâmicas nacionais, para se entender como essa atuação externa irá ocorrer (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p.41). Diferente de outras políticas públicas a PE tende a ser mais elitista e autônoma da sociedade, porém isso não deve ser

¹ Entre os principais exemplos de ruptura da Análise de Política Externa baseado no protagonismo do Estado-Nação tradicional está nos estudos sobre entidades supranacionais como a União Europeia (WHITE, 2001), e sub-nacionais como os governos não centrais e suas paradiplomacias (SOLDATOS, 1990; HOCKING, 1999). O continente africano tem diversos casos de agência da política externa de grupos não representantes do Estado, como uma grande quantidade de movimentos de libertação que apresentavam relações, de diversos âmbitos, autônomas e complexas com os países de sua preferência. No contexto da guerra fria, a busca por legitimidade e reconhecimento desses grupos fez com que os países disputados ganhassem uma importância estratégica para os dois grandes blocos de poder. De maneira geral, o reconhecimento oficial dos dirigentes da Organização da Unidade Africana de determinado movimento, os ajudou a obter o reconhecimento internacional, como nos casos da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), do Patriotic Front, no Zimbábue, da SWAPO namibiana, do Congresso Nacional Africano (CNA) e do Pan-African Congress (PAC), na África do Sul. (KODJO; CHANAIWA, 2010).

considerado como algo *ex nihilo* nem como algo imutável, mas sim fruto de uma constante disputa na sociedade. Dessa forma, as demandas e conflitos dos mais diversos grupos domésticos, as instituições que o ator dispõe para elaborar o processo de decisão, tal qual o contexto de produção da agenda devem ser estudadas pela APE, a fim de melhor explicar essas ações.

Dentro das teorias de Relações Internacionais são encontradas importantes ferramentas para se analisar de maneira mais eficaz a PE. O realismo clássico com sua análise focada nas unidades traz importantes conceitos a serem trabalhados na construção da PE dos Estados, como poder, vulnerabilidade, capacidades, dominação e constrangimentos. O neorealismo de Waltz (1979) permite avançar para o estudo de uma análise sistêmica, dotada de explicações de caráter mais estruturalistas, privilegiando a Política Internacional². O liberalismo permite explicar a importância das instituições, normas e atores não estatais para a tomada de decisão da PE. Também foi a teoria que auxiliou na abertura da "caixa-preta" do Estado e criou ferramentas e mecanismos que entendessem e explicassem como as decisões são tomadas na política externa, que fatores nela influenciam e revelassem o caráter co-constitutivo das dimensões domésticas e internacionais neste processo. A abertura da caixa-preta tem a sua relevância na medida em que as explicações vigentes que consideravam o Estado como um agente unitário, uma massa monolítica de pensamento, um bloco que atua no sistema anárquico agindo em nome da sua Razão de Estado e da maximização de seu poder, não se encontravam suficientes para explicar os processos deliberativos da PE, os constrangimentos internos, a interferência de ideologias, líderes e formas de governo, principalmente quando o objeto de análise são países do Terceiro mundo. O marxismo também traz aportes precisos sobre as relações de centro periferia, imperialismo e a centralidade de forças econômicas transacionais e domésticas. (BRAVEBOY-WAGNER; SNARR, 2003, p. 14–18; PINHEIRO, SALOMÓN, 2013).

Assim sendo, na APE o uso de teorias é fluido sendo compatível tanto com explicações realistas, delegando uma importância maior as variáveis sistêmicas e estruturais, como a ação dos Estados direcionados a uma melhor posição relativa na distribuição de poder internacional, quanto com as liberais que emancipam os agentes e os fatores internos dessa corrente estrutural e o colocam em um local central. É, portanto, natural uma explicação multinível na APE, sendo um programa de pesquisa que permite abarcar diferentes complexos teóricos.

Uma das abordagens de APE mais recorrentes é a que se baseia na tomada de decisão das elites políticas. Porém, quando se considera o processo de decisão como algo individual,

² Enquanto as teorias de política externa tratam sobre a perspectiva de um Estado em particular, a política internacional diz respeito à interação entre um conjunto de Estados.

ou mesmo quando se analisa as capacidades de percepção dos líderes e tomadores de decisão, encontra-se o problema do voluntarismo, dada a dificuldade e impossibilidade de apresentar até que ponto essa foi uma decisão autônoma e não recebeu interferências e/ou pressões externas, conscientes ou inconscientes e também se existe tal coisa como uma decisão “autônoma”. A importância de se considerar as variáveis culturais figura-se na percepção de que elementos subjetivos influenciam o processo decisório, sua agenda, a forma como ele deve ser tomado, suas prioridades e os mecanismos para sua realização. A teoria Construtivista ganha um destaque muito caro nesse meio. O papel das ideias para os construtivistas é tão crucial na vida social quanto os fatores materiais. "O modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela, ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas do mundo material". (ADLER, 1999, p. 205)

Neste caminho, se valida pensar a decisão da política externa através dos significados intersubjetivos partilhados entre os membros da nação. Os significados intersubjetivos não são apenas a soma das crenças individuais que interpretam o mundo de maneira conjunta, ele vai além, existe um conhecimento coletivo que passa a ser compartilhado por todos aqueles que possam reconhecer ou se comprometer com o desempenho apropriado de uma prática social. Esse conhecimento formado penetra no cotidiano e nas práticas sociais diárias, tendo uma vida superior a dos atores sociais individuais, pois ele será herdado enquanto existir interpretes que participem de sua (re)produção e desenvolvimento. Esses significados intersubjetivos têm atributos estruturais, que não apenas limitam ou capacitam seus atores, mas definem sua realidade social (ADLER 1999, p.212). Assim sendo, esses significados afetam quase de maneira causal certas ações, não por as determinarem direta ou inevitavelmente, mas por conferir a elas aceitabilidade ou inaceitabilidade, torná-las respeitadas ou duvidosas, plausíveis ou implausíveis, viáveis ou inviáveis (YEE, 1996, p. 97).

Como visto, são muitos os debates em relação ao estudo da política externa, como os debates agente/estrutura, doméstico/internacional e consciente individual/coletivo, mostrando-se uma área de estudo complexa que necessita de diversas variáveis relativas aos níveis de análise, atores, processos e resultados. A política externa envolve dinâmicas igualmente complexas, como dúvidas a respeito do ambiente político, trade-offs diversos no momento de decisão, difusão da autoridade política e transformações nas estruturas de decisão (HAGAN, 2001). Podendo ser entendida como “o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como resultados não intencionais dessas mesmas ações” (FREIRE, 2011, p.18). Ou de maneira mais breve, como coloca Hill (2003, p.03, tradução nossa) “A soma das relações

externas oficiais conduzidas por um ator independente (normalmente o Estado) nas relações internacionais³”.

Nos países do terceiro mundo a Política Externa ganha contornos mais característicos. Determinados fatores tornam-se centrais, tais como a fragilidade política dos regimes, as crises domésticas de instabilidade, a falta de um processo político institucionalizado e as políticas de sobrevivência (HAGAN, 1995, p.126). Ademais, com realidades, construções estatais e sociais, além de culturas notoriamente distintas da ocidental, faz-se necessário que seus casos sejam estudados mais profundamente e não sejam analisados com a régua do ocidente.

Passa a ser imperativo deslocar a análise do centramento europeu e ocidental para as suas "periferias" dispersas em todo o globo, como sugere o pós-colonialismo de Stuart Hall (2003). Na investigação do terceiro mundo (aqui é utilizado o prisma da política externa, porém poderia ser qualquer área ou subárea das humanidades) percebemos que é necessário fazer uma série de ressalvas, ou mesmo descartar vários dos pressupostos das teorias *mainstream*, simplesmente porque eles não são o objeto principal de análise⁴. Um exemplo é a literatura maçante do Estado-Nação a partir da experiência europeia para se compreender o desenvolvimento dos Estados, mesmo que, a Europa represente uma porcentagem numericamente rasa dos Estados já formados ao longo da história⁵ (HERBST, 2000, p. 21, 22). Universalizam-se assertivas criadas nos grandes polos de poder e espera-se que o resto do mundo se adeque a essa teoria. Os efeitos do poder/saber afetam não somente o meio acadêmico, mas também o dia-a-dia das pessoas, grupos ou países que ousam não estar inseridas nos moldes estabelecidos. É chegada a hora de provincializarmos a Europa.

Assim sendo, Castellano (2015) identifica quatro principais eixos, complexos e não excludentes entre si, de política externa que esses países do terceiro mundo se orientam. O primeiro eixo é a *aproximação à potências centrais*. Dada a frequente instrumentalização da PE para a manutenção do *status quo* das elites governantes nesses países, essa aproximação serviu muitas vezes para essas elites pudessem salvaguardar seus governos e mantivessem o controle interno. Essas elites locais mantêm uma dependência neocolonial com o mundo desenvolvido, administrando os efeitos contraditórios do subdesenvolvimento de seus países

³ No original: “the sum of official external relations conducted by an independent actor (usually a state) in international relations.”

⁴ O exemplo mais famoso e icônico a se citar é o de Waltz (1979, p. 72), ao se referir que "a teoria, assim como a história, da política internacional é escrita nos termos das grandes potências de uma era" de maneira que "seria ridículo construir uma teoria da política internacional baseada na Malásia ou na Costa Rica".

⁵ Essa *geopolítica do conhecimento* como chamou Mignolo (2002) incentivou uma série de pesquisas que buscavam deslegitimar a soberania de nações não ocidentais, o que favoreceu e validou as investidas coloniais em países periféricos. Levando em consideração que todas as teorias servem para algo ou alguém, pode-se aferir que por muitas vezes as análises eurocentradas no terceiro mundo não foram por falha, mas sim por um projeto.

(HALL, 2003, p. 110). Essa é uma das práticas mais comuns nos países mesmo após obter suas independências políticas. Ela está estritamente relacionada à herança colonial que eles recebem, sendo que os vínculos culturais, militares, econômicos e políticos estabelecidos durante décadas de dependência política não são facilmente superados (ALUKO, 1977).

O segundo eixo é o *terceiro-mundismo*. Muito importante para os Estados principalmente no contexto de guerra fria, ele envolve as identidades internacionais marcadas por suas condições periféricas e colonizadas. Seguindo o caminho de países como a Índia e a Indonésia e sob espírito da Conferência de Bandung, de maneira geral os países africanos adotaram uma postura de não alinhamento, sendo essa uma das características mais marcantes e uníssonas do continente. Este não alinhamento não significava isolamento, mas a consciência de que se enfileirados sob domínio dos blocos leste ou oeste estariam entrando novamente em uma relação de subserviência a uma metrópole exógena. Esse eixo procurou deslocar o debate da divisão socialista vs capitalista, ou seja, leste vs oeste, para uma divisão Norte vs Sul, isto é, países desenvolvidos e industrializados para os demais que se encontravam em uma posição periférica e excluída. O não alinhamento se tornou um dos princípios centrais da Organização da Unidade Africana (OUA), embora cada chefe de Estado tenha aplicado essa diretriz a sua maneira.

O terceiro seria o *regionalismo*, lastreado pelo interesse no fortalecimento das capacidades desses países, que buscam o fortalecimento de projetos e instituições regionais para uma melhor distribuição material e a garantia de suas soberanias. E por último a *defesa da soberania jurídica*, que será abordado mais adiante.

Muitos desafios acabam interferindo no estudo dos determinantes da política externa dos Estados africanos do período das independências. Um desses problemas é o da generalização. Deve-se precaver para não tratar de maneira homogênea o comportamento externo de dezenas de países que formam esse continente, por isso, mesmo que de maneira geral eles tenham sido influenciados por correntes externas e internas muito semelhantes, devemos destacar suas diferenças para um estudo mais profundo (ALUKO, 1977). Outro obstáculo, notoriamente, é a novidade que eles possuíam como Estados soberanos independentes⁶. Essa

⁶ Gana foi o primeiro país da África Subsaariana a obter sua independência em 1957, seguido de Guiné em 1958. Somente no ano de 1960, 17 países africanos se emanciparam politicamente de suas antigas metrópoles coloniais, a saber: Camarões, Togo, Senegal, Mali, Madagascar, Zaire, Somália, Benin, Níger, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Chade, República Centro-Africana, Congo-Brazzaville, Gabão, Nigéria e Mauritânia. Em 1961 Serra Leoa e Tanganica obtêm esse feito. Burundi, Ruanda, Argélia, Uganda em 1962. Zanzibar e Quênia em 1963. No ano seguinte Malawi e Zâmbia obtêm suas independências além de Zanzibar se unir com Tanganica dando origem à Tanzânia. A emancipação de Gâmbia veio em 1965, seguida de Botsuana e Lesoto em 1966. Maurício, Suazilândia e Guiné Equatorial em 1968.

“juventude” impedia que se construísse uma tradição bem delineada ou estabelecer claramente padrões de interesse regendo a política externa. Apesar de novos, esses Estados apresentavam mudanças bruscas tanto em conteúdo como em estilo de suas diretrizes, principalmente com a mudança de um chefe de Estado.

Os chefes de Estado têm uma importância fundamental na África. Em que pese todos os países possuem elites governantes que apresentam grande poder nas relações externas, no caso africano isso é ainda mais verdade que nas suas contra partes ocidentais. Não existindo anteriormente um padrão bem definido da PE enquanto Estado-Nação, como na maioria dos países do norte, os líderes dos países africanos estavam mais livres para delimitar sua atuação internacional. Outro fator relevante é a pequena força que as instituições domésticas possuíam, de forma que não apresentavam legitimidade e poder suficiente para controlar o poder desses líderes (ALUKO, 1977, p.10). Isso delega uma função importante ao estudo da natureza e ideologia desses líderes, sendo peça chave descobrir como e por quem essas ideias eram criadas. O pequeno, porém impactante, grupo de pessoas preocupadas em pensar e repensar os objetivos que a África devia tomar em sua nova fase e que caminhos traçar foram cruciais para a delimitação da Política Externa desses países. Esses intelectuais, bem como os chefes de Estado, em alguns desses países africanos se manifestavam em uma só pessoa⁷. Neste sentido, para uma precisa compreensão da política externa da África durante suas libertações, essas ideias formadas, suas forças para a criação de significados intersubjetivos devem ser estudados.

Porém, para realizar este estudo, é necessário dissecar a Política Externa. Existe um grande hiato entre o discurso e a realidade dessas doutrinas de PE. Sendo importante separar a política externa declarada da operacional, o que os líderes africanos diziam de sua verdadeira atuação, isto é, a *atitude do comportamento*. Dada às falhas na predição do comportamento dos agentes por meio de suas atitudes, é possível notar que eles dizem respeito a fenômenos distintos. Enquanto a atitude diz respeito ao posicionamento que um agente tem em relação a um objeto, o comportamento direciona-se a ação que esse agente manifesta com relação a um objeto. A relação atitude-comportamento, exportada da psicologia social, na política externa traz ferramentas úteis para a análise dos países em relação a determinados episódios. Nesta disciplina, a atitude é lastreada pelas posições expressas e ocultas dos países em relação ao

⁷ Podemos destacar alguns casos mais marcantes como Léopold Senghor, primeiro presidente de Senegal; Sékou Touré presidente de Guiné após a independência; Gamal Nasser, presidente do Egito e da República Árabe Unida; Julius Nyerere presidente da Tanganyika que posteriormente, junto com Zanzibar, se transforma em Tanzânia; Agostinho Neto, líder do Movimento Pela Libertação de Angola e após a emancipação do país, seu primeiro presidente; Kwame Nkrumah, líder de Gana; e outros tantos que muitas vezes eram de uma linhagem diferente de intelectual, tanto no aspecto geracional quanto na base de atuação, mas que foram preponderantes na construção intelectual e imaginária desses países.

status quo do sistema internacional⁸, já o comportamento representaria o ímpeto de ação frente a esse *status quo*, podendo ser em apoio ou aversão (CASTELLANO 2015, p.112). Assim sendo, a satisfação que eles apresentam referente à ordem está relacionada à percepção e não a ação, sendo que, essa ação pode não estar representando necessariamente a vontade do Estado, por não ser a manifestação de sua posição, mas uma resposta a pressões externas ou uma incapacidade do Estado de aplicar sua vontade (CASTELLANO 2015, p.112).

Desta feita, notamos que os intelectuais deste período que estavam extremamente engajados com a construção desses países foram cruciais para a definição da atitude da Política Externa de suas respectivas nações. O pan-africanismo, o socialismo africano, a negritude, entre outras ideologias desenvolvidas por eles acabaram inflamando a agenda dos tomadores de decisão. Essas ideias suggestionaram de sobremaneira a percepção da sociedade civil e das elites políticas sobre sua situação no contexto internacional. As pautas de libertação total do continente, integração, fim de regimes coloniais ou supremacia branca e o não-alinhamento estavam no discurso de todos os chefes de Estado do período (MAZRUI, 2010, p.847-925). A frase de Nkrumah (1957, p.164), “Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento”, demonstrava bem esse propósito da primazia dos ideais no posicionamento dos países.

2.2- REDES INTELECTUAIS DA ÁFRICA E SUA DIÁSPORA

A primordialidade de se buscar o Pan-africanismo que foi encabeçada por Nkrumah, contou com apoio em maior ou menor medida da maioria dos intelectuais e chefes de Estado africanos do período. Porém, essa meta não surgiu ao acaso e nem foi fruto de uma mente individual. Para se abordar essas ideias nascentes devem-se levar em conta os autores de seus textos e também os seus contextos. A filosofia não ocorre em um vácuo temporal, mas sim em uma conjuntura específica. Nkrumah afirmava que "a filosofia sempre surgiu de um meio social, e que uma contenção social é sempre presente nela de forma explícita ou implícita. O meio social afeta o conteúdo da filosofia, e o conteúdo da filosofia visa afetar o meio social"⁹ (1970, p.56, tradução nossa). Muito se discute sobre a existência ou não da filosofia africana. Isso diz respeito à própria maneira de se entender a filosofia, não existindo um consenso sobre o que é, quais são suas preocupações e seus métodos. Se por um lado ela diz respeito a um

⁸“Estudos de documentos históricos, discursos, biografias e documentos políticos relacionados ao Estado e às Elites definidoras de política externa podem auxiliar nesta tarefa” (CASTELLANO 2015, p.112).

⁹ No original: “That philosophy always arose from a social milieu, and that a social contention is always present in it either explicitly or implicitly. Social milieu affects the content of philosophy, and the content of philosophy seeks to affect social milieu.

conjunto reflexivo de práticas enraizadas na cultura e na razão, que de forma crítica e rigorosa explica a vida no mundo, por outro é uma disciplina na universidade, que conta com códigos, padrões, normas, costumes e profissionais renomados (JANZ, 2007). Dessa forma, o desenvolvimento da filosofia africana é da mesma maneira recente e antigo. Essa dúvida perante a essência da filosofia africana serviu de incentivo para um dos pontos mais fundamentais do exercício filosófico, o exame autocrítico das suas bases, pontos de partida, pressupostos, existência, significados e valores.

Outra das complicações que surgem sobre a delimitação desta filosofia diz respeito ao *que é e onde é* exatamente a África. Segundo muitos de seus pensadores, não existe uma África, mas várias, com suas diversas tribos, grupos linguísticos, países e culturas, onde a busca por uma unidade continental acaba suprimindo a enorme diversidade existente. Não podendo assim ser encarado como um lugar monolítico onde se encontraria um povo sem diferenças substanciais e com um pensamento semelhante. Qual seria então a validade de uma filosofia africana? O que há de exclusivamente africano e fundamental que essa filosofia possa se destacar das demais?

Uma das principais razões para a persistência dessa categoria de união é dado ao preconceito que as mais diversas estruturas de pensamento e ciências da África enfrentaram desde o iluminismo. Em seu livro *Filosofia da História*, Hegel nega ao continente a capacidade intelectual, o tratando como um país de infância em que o negro era o representante da natureza em seu estado mais selvagem. Não foi um determinado grupo étnico que foi considerado incapaz, não foram os Bantu, os Zulu ou Malgaxes, mas a África subsaariana como um todo. É como contraponto às teorias racistas que reduzem a filosofia e a população africana que os filósofos se unem e orquestram esse movimento unitário de resistência.

Na resposta sobre onde é a África, Odera Orika (1978) procurou fornecer uma explicação não apenas geográfica, mas também intelectual, realizando uma taxonomia das principais tendências da filosofia africana. Em seu mapeamento ele destacou quatro espécies de “escolas” em que se direcionavam as reflexões dos pensadores africanos. Sendo a primeira a *etnofilosofia*, ramo que descreve a cosmovisão e sistemas de pensamento de determinadas tribos ou grupos étnicos africanos com o status de filosofia, tendo o pensamento comunitário como elemento central. Valendo-se de mitos, lendas, tradições e outras formas culturais como ideias base e fontes de conhecimento para estruturar sua filosofia, ela se apoia nas tradições autóctones, apresentando um caráter coletivista que atua pelo acúmulo do conhecimento e de saberes, passada de geração a geração, em que o peso individual não exerce tanta influência como na tradição ocidental que encontramos nomes como Platão, Aristóteles, Descartes e Marx.

Ela é a ramo mais perene da filosofia africana, tendo passado por todos os períodos da história africana, porém o início de seu estudo no mundo acadêmico e formal ocidental pode ser atribuído ao livro de Placide Tempels, *Bantu Philosophy*, de 1945, ou mesmo com os escritos iniciais de Leopold Senghor.

A vertente da filosofia da sagacidade acabou sendo a grande contribuição de Oruka, que por meio de entrevistas e diálogos com tribos e comunidades locais, contribui para o resgate de um saber sob ameaça de apagamento, invisibilização ou epístemicídio¹⁰. Tendo encontrado pessoas que não eram meros repositores de informação ou do saber tradicional, mas que realizavam um pensamento crítico e reformulavam os saberes e conhecimentos de seus povos a partir de sua reflexão enquanto indivíduos, Oruka os titulou de sábios-filósofos. O autor não se propôs a realizar uma reconstrução edênica de um saber anterior à colonização, ou sobre uma pureza do mesmo, mas tentou romper com a epistemologia e a ontologia da filosofia tradicional ocidental a fim de incluir outros saberes.

A filosofia profissional, praticada por aqueles que tiveram sua educação formal nas universidades de suas metrópoles coloniais, tinha como objetivo a libertação da própria filosofia africana. Para eles a filosofia não deveria se subordinar à política, à religião e nem a qualquer outra área, tendo um controle mais criterioso, metódico e rigoroso, trazendo-a assim para a esfera do espírito científico. Eles desejavam enquadrar a produção filosófica na África nos modelos e técnicas já consagrados pelas universidades ocidentais. Seus adeptos adotavam a busca por ideias universais e seguiam a tradição europeia, não focalizando nas particularidades da África, sendo que, para eles, os outros ramos não teriam status de filosofia, apesar de sua importância em vários aspectos.

E por último, o ramo da filosofia ideológica-nacionalista que emanou das ideologias dos movimentos de libertação nacional e começou a ser desenvolvida após a percepção de que os modelos e teorias europeus fracassaram na África. A partir de um conjunto de pensamentos com fins de orientação política tendo se destacado durante o período colonial e após a independência política das antigas colônias, seus autores consideravam que a libertação política deveria ser acompanhada por uma libertação mental verdadeira. Ela foi representada por escritores políticos que incorporaram os valores comunitários da África tradicional em seus estudos, tais como Amílcar Cabral, Frantz Fanon, Sekou Toure, Julius Nyerere, Kwame Nkrumah entre outros. Esses filósofos proeminentes dessa veia tiveram parte de sua educação

¹⁰ Esse conceito indica a morte de um conhecimento local efetivado por uma ciência alienígena, como costumeiramente aconteceu nos lugares vitimados pela investida colonial (Santos 1998, p.208).

formal nas metrópoles europeias ou estadunidenses e expressavam suas teorias nos idiomas dessas metrópoles, que eram exógenas ao continente. Isso acarretou em um distanciamento da massa africana de suas ideias, sendo intrinsecamente mais elitista que a etnofilosofia que apresentava ideias acessíveis ao indivíduo comum, sendo reproduzida nos ramos linguísticos nativos. O uso dessas línguas, entretanto, também está relacionado com o projeto de identidade nacional que eles traçavam, sendo necessário ter elementos que pudessem unir todas as etnias pertencentes ao país (que muitas vezes possuíam línguas distintas)¹¹. Essas tendências da filosofia africana não apresentavam limites rígidos, sendo catalogada de outras formas por outros autores. Mesmo assim, vale ressaltar que existiam predisposições sobre como seriam construídos os saberes no continente. Tão importante quanto isso, é saber por quem e onde essas ideias seriam desenvolvidas.

Assim sendo, a noção de redes intelectuais que colaboravam para a circulação de ideias e pontos de encontro entre essas mentes ganha grande destaque aqui¹². Essa intelectualidade africana poderia ser encontrada em diferentes regiões, devendo destacar a importância tanto dos membros do continente quanto os da diáspora.

No século XX e, sobretudo, após a Primeira Guerra Mundial, durante as negociações do Tratado de Versalhes e a formação da Sociedade das Nações, foram os negros americanos quem defenderam energicamente os direitos dos negros africanos, pois, nesta época, nós não estávamos em condições de falar em nosso próprio nome. (DIOP, 1958 apud HARRIS, 2010, p.849)

As redes intelectuais muitas vezes não estavam circunscritas em demarcações territoriais fixas e tampouco podem ser consideradas como inertes, cristalinas ou fechadas. Até cerca de metade do século XX as principais redes intelectuais africanas eram organizadas além das fronteiras do continente, dada a maior capacidade material e de acesso à informação que os africanos diaspóricos tinham em relação aos continentais. A principal rede que se formava no início do século era localizada na costa leste dos Estados Unidos e congregava também autores

¹¹“As questões linguísticas permanecem na ordem do dia. Em sua grande maioria, os africanos servem-se da sua própria língua nas relações cotidianas e nos negócios. Mas, em grande parte das sociedades, as línguas da administração pública, dos grandes negócios e da educação permanecem circunscritas à escala de algumas línguas internacionais - o francês, o inglês ou o português. Estas línguas são estrangeiras na justa medida em que não fincam as suas raízes no solo africano e não pulsam a sua vitalidade na essência material e cultural dos africanos. Portadoras de valores, símbolos hereditários e fontes de orgulho, as línguas autóctones devem não somente constituir o objeto de estudos ou serem codificadas e ensinadas, mas igualmente servirem como línguas de aprendizado, em todos os níveis, e constituírem chaves de acesso ao saber e à sabedoria acumulada pelas sociedades africanas ao longo dos séculos”. (HABTE; WAGAW, 2010, p.839)

¹² Vale mencionar o importante estudo acerca das redes intelectuais subafricanas feito por Devés-Valdés (2008) e suas ligações com o pensamento subalterno global.

do caribe anglófono, além de contar com grande circulação de pensadores nascidos na costa ocidental africana.

Um dos precursores do pan-africanismo que seria originado nesse nicho foi o advogado negro de Trindade e Tobago, Sylvester Williams que organizou a primeira conferência Pan-africana em 1900. De início o pan-africanismo poderia ser definido como um

Movimento político e cultural que considera a África, os africanos e os descendentes de africanos de além-fronteiras como um único conjunto, e cujo objetivo consiste em regenerar e unificar a África, assim como incentivar um sentimento de solidariedade entre as populações do mundo africano (ESEDEBE, 1980, p.14).

Ainda que de maneira tímida, o movimento pan-africano começava a se desenvolver como um movimento político e organizado, oportunizando a aproximação dos africanos em situação colonial com os negros estadunidenses que lutavam por mais direitos. A solidariedade pan-negrista estava sendo estabelecida além das fronteiras coloniais e continentais. As iniciativas iniciadas pelos intelectuais desse período abrangiam diferentes frentes, como o encabeçado por Booker T. Washington que buscava combater não somente a escravidão jurídica, mas também a escravidão da ignorância e da falta de confiança em si mesmos (WASHINGTON, 1891). Essa emancipação foi buscada por ele com a criação do Instituto Tuskegee, destacada instituição para o ensino de negros que serviu como modelo para diversas comunidades na África e nas Antilhas.

Junto com Williams, o estadunidense W.E.B. Du Bois e o jamaicano Marcus Garvey, promoveram organizações, publicações, revistas, associações, reuniões e campanhas que impactaram na elite letrada da África e despertaram o interesse dos negros americanos em seu continente de origem. Encabeçadas por Du Bois, entre 1919 e 1927, foram organizados quatro Congressos Pan-Africanos nas principais cidades europeias e em Nova York. Principalmente no primeiro pós-guerra, a intelectualidade africana que, crescentemente, começava a se instalar nas metrópoles coloniais pode se organizar e traçar objetivos em comum. Nessa época era mais fácil pensadores africanos de regiões geograficamente distantes na África entrarem em contato na Europa do que em seu próprio continente. Através desses congressos foram criados “lugares de encontro” que possibilitaram realizar uma sinergia de pensamentos oriundos dos diferentes países da África, elaborando proposições que pensassem o continente como um todo.

Se a gênese dessa corrente pan-africanista surgiu nas Américas, antes mesmo do século XX, foi em decorrência da luta dos negros por sua libertação, pela reivindicação de seus direitos

civil, políticos, sociais e econômicos e como uma contrapartida a exploração branca dos mais distintos modelos. No continente africano ela passou a ser introduzida através dessa intelectualidade que se educava nas metrópoles e dialogava com essas novas ideias. Principalmente após a invasão dos fascistas italianos na Etiópia em 1935, o que pode ser considerado o início da Segunda Guerra Mundial para a África, esse movimento começou a ganhar mais força no continente e grupos de resistência, jornais, coletivos, associações e variadas instituições em todo o mundo negro começaram a ser criadas para dar suporte as forças etíopes e ao movimento anti-imperialistas em geral.

Outra rede de destaque foi a localizada nas cidades da costa ocidental africana, tais como Lagos, Acra, Freetown, Dakar e Monróvia. Na década de 40 com o retorno de Nkrumah, L. Senghor e N. Azikiwe para suas cidades natais a produção intelectual dessa região encontrou uma prosperidade e força ainda não tidas em outras regiões africanas. Não coincidentemente esses países viriam a ter uma postura mais ativa e participativa nos fóruns criados a partir de então e nas tentativas de integração.

A maioria dessas redes criadas possuíam autores com similaridades culturais, geográficas e linguísticas. Por isso quando abordadas as ideologias africanas acaba-se distinguindo uma vertente mais francófona de uma mais anglófona, além das contribuições dos partícipes lusófonos. Porém tratar de ideias e filosofias é uma matéria que transcende os limites geográficos e temporais, não podendo enquadrá-los em linhas precisas. Por isso alguns importantes pensadores, como Senghor, estavam presentes em tantas redes ao mesmo tempo. O futuro chefe de Estado de Senegal, junto com Aimé Césaire, inaugurou a principal corrente que uniu os negros francófonos, a negritude. Variante cultural do pan-africanismo que destacava a consciência coletiva dos africanos. Partindo do princípio que todos os africanos e seus descendentes compartilhavam um patrimônio cultural comum, os adeptos desse movimento buscaram criar laços entre as diferentes esferas da vida negra, revalorizando-os cultural, literária e artisticamente. Senegaleses, caribenhos, marfineses, malgaxes e pessoas de outras procedências se somavam e davam vida ao meio intelectual negro parisiense fortificado a partir da década de 30 (DEVÉS-VALDÉS, 200, p.103-104).

O Reino Unido também passou a projetar um espaço de convivência e circulação de mentes africanas, sobretudo após o V Congresso Pan-Africano de 1945, realizado em Manchester, que possibilitou que o meio inglês superasse o francês tanto em importância quantitativa quanto qualitativa. Londres possuía uma comunicação mais fluida e frequente com as Américas, o que era de extrema importância vista a influência que Garvey, Du Bois e George Padmore tiveram no pensamento africano deste século. Padmore, influenciado por um forte viés

socialista, relacionou os direitos dos negros aos dos trabalhadores, até o seu momento de rompimento com a União Soviética em que considerou que o Estado comunista pretendia instrumentalizar a luta dos negros para proveito próprio (PADMORE, 1956). A saída para assegurar seus objetivos seria obtida com a independência dos países africanos e a criação de Estados fortes o suficiente para defender seus interesses e os da população negra em todo mundo.

A teia intelectual do pan-africanismo forjada nesse período representa um caso ímpar no estudo das redes (DEVÉS-VALDÉS, 2008, p.131). A articulação de pessoas imensamente influente em seus países, tanto como intelectuais quanto como políticos, colaborando para um pensamento convergente. Foi este V Congresso que possibilitou ao pan-africanismo, como um movimento de libertação, se expandir e se fortificar por todo o continente africano, ultrapassando as fronteiras europeias e americanas. Contando com mais de 200 delegados, especialmente das colônias britânicas, que se tornariam os futuros líderes das independências e os chefes de Estado. O pan-africanismo de Du Bois, a luta de Garvey pela autodeterminação e autonomia, o retorno à cultura e essência africana da negritude de Césaire eram agora patrimônio do nacionalismo africano. Toda a agitação político-social africana que elaboravam os movimentos nacionalistas e anticolonialistas estavam influenciados pelas ideias pan-africanistas. As novas configurações de Estado e identidade eram pensadas a partir do fruto deste contexto.

Como um movimento político-social complexo o pan-africanismo e seus idealizadores objetivaram muitas metas. Principalmente após a independência de Gana, em 1957, Nkrumah se debruçou para que esse pan-africanismo se refletisse na conquista da integração africana. Rumando a uma União dos Estados Africanos, em 1958, Nkrumah junto com o Sékou Touré, presidente da Guiné, e em 1960 com Modibo Keita, presidente de Mali, formam uma organização regional, de início a União Gana-Guiné e depois União Gana-Guiné-Mali, que buscava uma política externa comum, e uma moeda unificada, ambas iniciativas nunca implementadas, tendo a união pouco tempo de vida (ASANTE, 2010, p.875). Nkrumah também convocou em Acra a primeira Conferência dos Estados Independentes em 1958¹³. E posteriormente a ainda maior Conferência dos Povos Africanos¹⁴, também na capital ganesa. Nesses encontros, a ideia de uma integração política ou unidade política era declarada

¹³ A ela participaram todos os Estados independentes da África de então, a saber, Egito, Etiópia, Gana, Libéria, Líbia, Marrocos, Sudão e a Tunísia.

¹⁴ A conferência dos povos contou com 250 delegados e diversos observadores provindos de Estados ou colônias de língua francesa, inglesa, árabe ou portuguesa, propiciando que pudessem ser fortalecidas as relações ideológicas e pessoais do continente e no continente.

veementemente por Nkrumah, como será tratado no próximo capítulo. Porém, com o grande número de independências que ocorreram nos anos 1960 o eixo integracionista do movimento pan-africano estava cada vez mais prejudicado, contudo esse fenômeno serviu como catálise do pan-africanismo como movimento de libertação.

O pan-africanismo em vários fatores se combinava com o pan-arabismo, sendo os países do norte da África contemplados pelos dois movimentos. O mais destacado dos intelectuais do pan-arabismo, o egípcio Gamal Nasser, considerava que o Egito estava em três círculos concêntricos: o mundo árabe, o mundo muçulmano e o mundo africano. O estadista buscava uma aproximação com seus semelhantes do sul do Saara, pois sendo um país africano, o Egito não poderia permanecer indiferente ao derramamento de sangue da luta anti-imperialista e antirracista. A própria formatação da Organização da União Africana, em 1963, apresentou esse caráter afro-árabe, mostrando o Saara como um lugar de passagem e união e não barreira que os distanciava (KODJO, 2010). Isso demonstra que existia uma grande pluralidade interna dentro do escopo africano, mas que isso não esvaziava necessariamente a unidade entre esses países. Todos encararam o problema do imperialismo e deveriam desenvolver caminhos para sua descolonização.

“Libertação nacional, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, Commonwealth, quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento” (FANON, 1968, p.25). Cada intelectual promoveu uma forma própria de superação dessa etapa colonial. Esses temas que eram desenvolvidos não se tratavam muitas vezes de escolhas pessoais, eles surgiam de uma situação histórica. As soluções da mesma maneira não viriam apenas com uma decisão pessoal, mas com uma transformação social das estruturas da sociedade de forma a romper com o imperialismo e seus aliados internos (NGUGI, 1986, p.XII).

Como destacado, a atitude da PE dos países africanos desse período foi muito determinada pela crescente elite intelectual africana. Porém, somente a atuação desses intelectuais não explica toda a Política Externa das unidades do continente. A frase de Nkrumah de que se deve buscar “primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento”, não se demonstrou totalmente correta. De fato, o reino político era causa necessária para a busca de um desenvolvimento digno para esses países, porém não se mostrou como causa suficiente. Quando se analisa o comportamento da política externa torna-se preciso agregar mais um fator: a capacidade estatal.

2.3 CAPACIDADE ESTATAL E COMPORTAMENTO DE POLÍTICA EXTERNA

A implementação de boa parte das ideias desses intelectuais se mostrou fracassada ou inexistente. Isso aconteceu não apenas pelo pressuposto de Gilpin (1981, p.50, tradução nossa) de que “Um grupo ou Estado tentará mudar o sistema internacional apenas se os benefícios esperados excedam os custos esperados, isto é, se existe um ganho líquido esperado”¹⁵. Mesmo que com suas ambições bem definidas e ousadas, a PE desses Estados não se comportava à altura por uma série de constrangimentos que esses Estados passavam. Não raro, tornavam-se incapazes de perseguir tenazmente suas metas ou de transformar o sistema internacional conforme suas percepções e interesses por debilidades estruturais.

Um dos fatores mais limitantes da busca por seus objetivos políticos era a dificuldade de uma base econômica sólida. A fraqueza econômica os deixavam vulneráveis e impedia a implementação de sua PE a longo prazo. A continuidade da forte relação com a França na maioria das ex-colônias francófonas encontra grande sustentáculo aí. Eles possuíam uma grande dependência econômica da França, sendo que, possivelmente com exceção da Costa do Marfim e Camarões, dificilmente algum deles sobreviveria muito tempo sem o auxílio francês¹⁶ (ALUKO, 1977, p.3). As tentativas de um mercado comum para a superação desses desafios também encontrou limites estruturais. Com diversos problemas geográficos incapacitantes, falta de meios de transporte, infraestrutura, sistemas de comunicação, além de zonas monetárias diferentes e alguns países já associados a CEE, este sonho se tornava impraticável. A herança colonial também foi decisiva nesse sentido, principalmente para os países francófonos. Ainda que as ex-colônias inglesas tenham permanecido na Commonwealth e na zona esterlina, isso não impôs tantas limitações nas suas possibilidades de comportamento externo quanto às ex-colônias francesas que seguiram na zona econômica francesa e com a sua moeda sendo o Franco CFA, lastreada e administrada pelo governo francês. Mesmo as relações intra-africanas foram muito influenciadas pelo legado colonial. A existência de uma série de ligações, tangíveis e intangíveis, herdadas pelos países que partilhavam de uma mesma metrópole colonial, facilitou o desenvolvimento de blocos de países distintos no continente. Com instituições democráticas, línguas, moedas, sistemas educacionais, sistemas legais e burocracias em comum, a aproximação de países que dividiam essas mesmas experiências se tornava mais intuitiva e real que uma integração geral das ex-colônias africanas.

¹⁵ No original: “a group or state will attempt to change the system only if the expected benefits exceed the expected costs; that is, there must be an expected net gain.”

¹⁶ Devido a esses ganhos econômicos que uma larga escala de países referendou na Convenção de Yaoundé (1963) a continuidade das relações com a então Comunidade Econômica Europeia (CEE), visando garantir os benefícios do Fundo de Desenvolvimento dessa organização e reservar o acesso de seus produtos ao mercado europeu (ALUKO, 1977, p.4).

Nesse sentido, o uso da capacidade estatal para o melhor estudo do comportamento efetivo da política externa africana encontra terreno fértil. Cabe destacar que a “capacidade estatal representa o alcance que as intervenções dos agentes do Estado apresentam nos recursos não estatais, atividades e conexões interpessoais existentes, alterando a distribuição desses recursos, atividades e conexões bem como a relação entre essas distribuições” (TILLY, 2007, p.16, tradução nossa)¹⁷. Essa abordagem traz um importante conceito, que é a capacidade (*capability*) que um Estado tem para realizar suas ações. Estudando a capacidade estatal como a força relativa do Estado ante a sociedade, busca-se entender não somente as mudanças que um Estado pode empreender na sociedade, mas se ele tem condições, isto é, capacidade para isso (ISAPE, 2012).

Sobre as formas que se pode analisar a política externa desses países, Castellano (2015, p.56) elabora uma divisão de três principais tendências: as concepções globalistas, estatistas/sociológicas e regionalistas. A primeira delas, imbuída dessas noções a respeito dos constrangimentos que os Estados africanos recebem, delega uma função passiva à participação desses países no sistema internacional. Vítimas de um imobilismo, não ganham agência em sua própria história, sendo antes títeres das potências coloniais, do contexto da guerra fria, ou do capital estrangeiro. A visão estatista/sociológica difere dessa primeira vertente e empodera os países da África, destacando suas ações e as atuações de seus cidadãos, mesmo que com possibilidades limitadas. A terceira perspectiva, a regionalista, traz que as relações interafricanas são similares as relações de outras regiões, sendo, assim como as outras, resultado das dinâmicas dos diversos atores da região. É neste nicho, regional e continental, que os interesses de PE dos estados africanos tem encontrado os melhores resultados na sua implementação, sendo um notório locus para o estudo da atuação externa desses países.

Para Clapham (1996, p.4), e este presente trabalho segue esta linha também, a evidência da fraqueza dos estados africanos, não os reduziria a um estado inercial em que seu destino é determinado por atores externos, mas ao contrário, isso os pressionaria a tomar medidas destinadas a garantir sua sobrevivência, ou ao menos aumentar suas chances para isso. Clapham (1985), assim como Ayoob (1995), salienta a importância de se analisar a construção do Estado, partindo das especificidades deste processo no terceiro mundo, para um estudo mais apurado da formação das elites e suas consequências na política externa.

¹⁷ No original: State capacity means the extent to which interventions of state agents in existing non-state resources, activities, and interpersonal connections alter existing distributions of those resources, activities, and interpersonal connections as well as relations among those distributions.

No entanto, a própria definição de estatidade (*statehood*) é complexa, pois, segundo Clapham (1996) é resultado da combinação de três diferentes atributos, que juntos dão a poderosa capacidade para algumas pessoas ter poder sobre outras, isto é, a construção de um Estado. A primeira forma de catalogar a estatidade está em dar um tratamento igual a Estados cujo governo busca a soberania jurisdicional sobre um território e população. Desta forma ele passa a ter o direito de agir nos assuntos internos de seu território por meio de suas instituições burocráticas e coercitivas. Porém, na prática, pode ocorrer de governos não serem capazes de exercer o controle efetivo sobre o território, ou parte desse território, que está oficialmente em sua jurisdição.

Um dos autores que buscou problematizar as variáveis que os Estados devem levar em conta para controlar seu território foi Jeffrey Herbst (2000), que buscou descobrir a forma que os Estados africanos transmitem seu poder nas terras escassamente povoadas, e as dificuldades dessa transmissão, desenvolvendo importantes análises sobre a construção dos Estados no continente. Com uma distribuição populacional irregular no continente, muitos centros urbanos foram criados, principalmente nas regiões costeiras, em contraste com o interior esparsamente povoado. É importante destacar que apenas em 1975 a África atingiu o nível populacional que a Europa tinha em 1500 (HERBST, 2000, p.15), denotando a dificuldade que um governo central apresenta em tentar exercer controle sobre territórios mais afastados, pela baixa densidade demográfica. Com uma abordagem semelhante à de Tilly (1996; 1984) ele faz uma enorme comparação de países inseridos em um sistema específico, pois assim seria possível analisar grandes estruturas e grandes processos para anexar as possíveis explicações do contexto tempo-espacial dos objetos analisados. Herbst acredita que a consolidação dos estados é um assunto político central, uma vez que a falha de vários estados africanos em consolidar sua soberania, dada a má distribuição da autoridade governamental, resultou em guerras civis, milhares de refugiados entre outras calamidades (2000, p.4).

No pós-Segunda Guerra Mundial, para evitar novas possibilidades de guerra iniciadas por disputas e conflitos territoriais, os governos começaram a concordar em conferir legitimidade internacional a Estados que muitas vezes não cumpriam os quesitos de soberania outrora requeridos. Esse movimento foi fortificado principalmente com o boom de novos Estados criados durante as numerosas independências das ex-colônias africanas e asiáticas. A essa pretensão de Estados que visivelmente não apresentavam as características de estatidade necessárias, mas que possuíam sua soberania reconhecida, Jackson (1990) os chamou de Quasi-states. Para entendê-los é preciso introduzir os conceitos de estatidade jurídica e empírica, introduzidos por Jackson e Rosberg (1982). Estatidade jurídica está relacionada à soberania

negativa, que pode ser definida como uma liberdade sem interferências em que a não intervenção e a soberania andam juntas, dada a sua condição formal-legal (JACKSON, 1990, p.27). Seu caráter legal assegura que os Estados tenham seus direitos não necessitando que eles tomem nenhuma ação positiva para isso, sendo esse direito mantido pelo preceito do direito público internacional (JACKSON, 1990, p.27)¹⁸. A estatidade empírica, que diz respeito a soberania positiva, é a capacidade efetiva de exercer poder dentro de seu próprio território e se defender de um ataque externo, em que os meios e capacidades para realizar essas funções se tornam necessários (CASTELLANO, 2015, p.51). Esses Quasi-states são reconhecidos como soberanos e unidades independentes por outros Estados dentro do sistema internacional, contudo não satisfazem as demandas empíricas de estatidade, não obtendo um controle efetivo do seu território.

O segundo item da estatidade está relacionada com a *ideia* de um Estado (CLAPHAM, 1996, p.9). Essa ideia deve ser construída na mente de alguns dos arquitetos políticos de cada país e compartilhada com a respectiva população. Ela permite a busca do Estado por legitimidade, com base em um sentimento comum e não apenas pelos aspectos coercivos. Essa ideia de Estado direciona-se a responder duas questões: por que o Estado deve existir da forma que ele existe, ou seja, conferir uma legitimidade territorial; e por que o grupo de pessoas que o comandam tem esse o direito, isto é, a legitimidade governamental (CLAPHAM, 1996). Com o nascimento do Estado nacional precedendo o nascimento da nação, os governantes africanos precisavam usar a política externa para cimentar a precária união de seus habitantes, forjando uma identidade nacional. Com isso, esses líderes pretendem criar mecanismos que dotem seu governo de legitimidade, tanto interna quanto externa, a partir de significados intersubjetivos de unidade nacional¹⁹. Isto está relacionado com uma das características fundamentais dos comandantes dos países de terceiro mundo para Ayoob (1995), que é a redução da vulnerabilidade na construção dos Estados.

¹⁸ Dada a disparidade material entre os diferentes Estados do sistema internacional, essa estatidade jurídica é extremamente cara aos Estados do terceiro mundo, pois por meio dela assegura-se a igualdade entre os Estados. É nesse âmbito que o apelo a sua soberania é respaldado, já que nos aspectos empíricos muitos desses países encontram dificuldades. Dessa forma o respeito aos compromissos, regras e tratados do sistema internacional, bem como resoluções de conflitos baseadas no direito internacional tendem a ser muito exploradas por esses países.

¹⁹ Em muitos países da África essa legitimidade segue sendo um feito de difícil alcance por todo o território nacional. Alguns fatores influenciam isso: a falta de eleição, ou a existência de fraudes no processo eleitoral; a imposição de sistemas constitucionais sem apoio popular; herança das linhas territoriais artificiais do período colonial em que grupos étnicos distintos eram agrupados; a falta de representatividade de determinados grupos nos postos de comando; Existência de grupos outsiders do projeto de religião/língua nacional (CLAPHAM, 1996, p.13).

A última forma de definir o Estado é a associação territorial de pessoas, que é reconhecida com propósitos da lei e da diplomacia como membro igual do sistema de estados (CLAPHAM, 1996, p.11). Neste eixo, o poder dos estados está sustentado também pelo reconhecimento internacional e das vantagens que o Estado pode usufruir com isso, como a participação das transações internacionais, assentos em importantes organizações e apoio ideológico/material externo na sua construção e sobrevivência. Quanto mais incapaz de apresentar as outras duas características de estatidade, o controle físico sobre o território e a difusão da ideia compartilhada de Estado, mais crucial vai ser para o país o reconhecimento externo, como foi o exemplo de muitos países africanos. Com o suporte internacional os líderes buscaram a manutenção e sobrevivência, tanto de seus Estados, quanto de seus próprios governos.

Por meio dessas abordagens de Estado, e das evidentes falhas no cumprimento dessas características que os países africanos da época das independências apresentavam, é possível frisar as atitudes desses países não poderiam prever seus comportamentos, pois eles estavam condicionados às capacidades que os Estados dispunham para realizá-las. Se a capacidade estatal diz respeito ao potencial que o Estado tem para intervir e alterar a sociedade, sua debilidade explica a dissintonia entre as percepções de política externa desses Estados e as suas efetivas ações no ambiente internacional.

1.4 CONCLUSÃO

Sem dúvida o pensamento do pós-1935 na África deve ser visto como entrelaçado aos crescentes movimentos de libertação nacional. Esses pensadores, afortunadamente, puderam beber da efervescente e criativa fonte criada no século XX por africanos do Atlântico Negro. A influência desses pensadores trespassou a área somente acadêmica da ciência política, sendo de eminente relevância na confecção da Política Externa dos nascentes países. Assim sendo, seu exame denota a agência, mesmo que uma agência limitada desses países e seus intelectuais na definição de suas PE. Apesar das atitudes serem desenvolvidas primordialmente por esses formadores de opinião, o comportamento da PE torna-se mais complexo, sendo mediado pela capacidade estatal. Assim, essa agência é constrangida na proporção dos limites da capacidade de cada Estado.

3. KWAME NKRUMAH E A ATITUDE DE POLÍTICA EXTERNA GANESA

Seria um grande erro imaginar que a conquista da independência política em certas áreas da África significaria automaticamente o fim da luta. Isso significaria somente o começo da luta²⁰ (NKRUMAH, 1961, p.213, tradução nossa).

No presente capítulo se realiza uma explanação de como foi o pensamento de Kwame Nkrumah utilizando para isso uma revisão de alguns de seus livros selecionados. Sendo assim, *Africa must unite* (1963), *Consciencism: Philosophy and Ideology for De-Colonisation* (1964) e *Neo-Colonialism: the Last Stage of Imperialism* (1965) são as fontes primárias que serão consultadas para traçar a filosofia política do ganês e compreender qual era sua *atitude* quanto chefe de Estado e quanto intelectual. O objetivo do capítulo é poder elucidar principais aspectos pensados pelo autor para a Política Externa de sua nação e de seu continente, para que se permita testar se esses pensamentos realmente foram adotadas como as diretrizes da atitude dessas Políticas Externas. Para situar e melhor compreender suas obras, será discutido também sua trajetória política e sua biografia.

3.1 VIDA E CARREIRA POLÍTICA

Nascido em 1909, na pequena vila de Nkroful, sudeste da então Costa do Ouro, Nkrumah desde pequeno foi exposto aos pensamentos de Du Bois e Marcus Garvey, durante seus estudos na Achimota School, uma das principais escolas de Gana. Conforme foi se destacando nos estudos, assim como outros jovens africanos que mais tarde vieram a exercer postos de comando, Nkrumah foi frequentar uma universidade no ocidente²¹. Graduado na Lincoln University, Nkrumah passa dez anos nos Estados Unidos estudando principalmente áreas como sociologia, economia e filosofia, e já iniciando também seu ativismo político, sendo líder de organizações de africanos no país. Em 1945, se muda para Inglaterra, onde ajuda a organizar o 5º Congresso Pan-africano, se convertendo em uma das referências mundiais do movimento negro e do movimento de independência africana. Obtendo cada vez mais prestígio, foi convocado a voltar a Costa do Ouro para ser o secretário geral da Convenção unida da Costa do Ouro *United Gold Coast Convention* (UGCC), partido que ele rompe tempos depois e funda em 1949 o Partido da Convenção das Pessoas *Convention People's Party* (CPP).

²⁰ No original: "It would be a great mistake to imagine that the achievement of political independence by certain áreas in Africa will automatically mean the end of the struggle. It is merely the beginning of the struggle."

²¹ Ngũgĩ wa Thiong'o (1986) descreve essa ida de pensadores africanos para o ocidente, e mesmo a escrita de seus trabalhos em línguas ocidentais, como o grande roubo europeu do século XX, que captura as mentes desses países periféricos para enriquecer sua própria língua e cultura.

Neste partido Nkrumah pode ter uma liderança maior na luta contra a colonização e um contato mais profundo com as massas da população, convocando o que ele chamou de "ação positiva" contra o governo colonial britânico. Em 1950 Nkrumah e outros líderes do CPP são presos, evento que ele comenta destacando que "quando os ingleses começam a prender as pessoas a independência está dobrando a esquina"(NKRUMAH, 1965, p.40). Um ano após Nkrumah é solto e, na primeira eleição geral do país seu partido ganha a maioria esmagadora das cadeiras na assembleia. Nkrumah é chamado para ser Líder dos Negócios Governamentais, onde se começa um período de maior autonomia interna, porém com o Reino Unido ainda como a metrópole no comando.

O lema de seu partido passou a ser "autonomia agora" buscando cada vez mais decisivamente o rompimento com a dependência política da relação colonial. Após amplas negociações, protestos, resistência internas e internacionais, Gana conquista sua independência em 1957, e abre caminho para outros tantos países obterem o mesmo feito. Porém, dado o acordo com os britânicos, Gana iniciou sua independência como uma monarquia, visto as pretensões do Reino Unido de que suas colônias africanas, mesmo quando independentes ainda conservassem um vínculo com a coroa real, aos moldes de suas outras ex-colônias como Canadá, Austrália e Nova Zelândia, que possuem o monarca do Reino Unido como seus próprios chefe de Estado. Só em 1960 com uma reforma constitucional o país se converte em uma república, objetivo de Nkrumah há muito tempo, considerando a antiga relação uma reminiscência da hierarquização entre os dois países (NKRUMAH, 1965, p.121).

Profundamente influenciado por sua experiência nos EUA, Nkrumah os utiliza constantemente como exemplo a ser seguido em determinados aspectos. Sua inspiração ao observar o modelo estadunidense baseia-se na busca pela independência e modernização que essa ex-colônia teve, comparando as queixas que os Estados Unidos tinham no século XVIII com as que eles possuíam agora. Pois se os anseios do país americano eram válidos, por que os dos países africanos não seriam? Outro aspecto que o norteou na busca da união africana foi a união federativa que as 13 Colônias tiveram para obter suas independências e se tornarem os Estados Unidos da América. A não vinculação total ao modelo estadunidense pode ser devida a dois motivos principais: a permanência das desigualdades raciais e sociais no país e a identificação que Nkrumah fazia dos EUA como uma crescente potência imperialista que agora servia ao neocolonialismo em todo o globo. Os Estados Unidos eram o epicentro do Império Financeiro, que possuía a capital em Wall Street e já mantinha relações imperialistas com a América Latina há muito tempo (NKRUMAH, 1966). Nkrumah desejava que a África seguisse

um caminho diferente, visto que o arquétipo capitalista se baseava na exploração do próximo, característica incompatível com a identidade africana (NKRUMAH, 1970).

Dessa forma A URSS passa a ser o exemplo do estadista também, principalmente no tangente ao caminho econômico e de integração. Sua meta de planificação econômica é guiada graças aos êxitos que os soviéticos obtiveram em um tão curto espaço de tempo. Neste mesmo sentido, Nkrumah se espelha também na República Popular da China, país irmão do movimento dos não alinhados, que contava com um área geográfica e população extremamente densa, metas que ele desejava também para a unidade africana. Mesmo que o socialismo buscado por Nkrumah fosse diferente do mantido por essas outras nações, a união Soviética e a China eram exemplos de que o caminho socialista era possível.

Por último, dada a colonização britânica em seu país, boa parte das percepções do autor foram moldadas pela cultura inglesa, sendo a busca por algumas das características deste país almeçadas pelo líder de Gana. Nkrumah elogiava a eficiência das instituições inglesas e a autonomia que elas dispõem em relação à troca dos primeiros ministros, podendo desempenhar um papel contínuo em prol do Estado, mesmo que o chefe de governo se altere. O autor acreditava que neste primeiro momento de construção estatal o centralismo político deveria imperar, porém o desenvolvimento das instituições deveria ser constantemente incentivado para permitir um desenvolvimento democrático (NKRUMAH, 1965)

3.2 NEOCOLONIALISMO

Talvez o livro mais conhecido de Nkrumah, Neocolonialismo traz uma contribuição importante não somente para o continente africano, mas para todo o mundo pós-colonial, uma vez que o livro buscava examinar e lançar bases para combater os efeitos do imperialismo na manutenção da condição de subdesenvolvimento nos países que passaram por uma situação colonial. Com um plano de fundo marxista-lenista, Nkrumah considera o neocolonialismo como o último estágio do imperialismo²², sendo possivelmente sua fase mais perigosa, dando em sua análise uma importância central ao capitalismo monopolista, exportação de capital, financeirização do capitalismo, e as ingerências que as grandes empresas faziam em países periféricos.

Segundo Nkrumah, as origens do neocolonialismo na África remontam ao período pós 2º Guerra Mundial, em que o hiato entre a população mais pobre e mais rica dentro da Europa estava chegando a níveis insustentáveis. Os lucros advindos do colonialismo iriam apenas para

²² Uma clara alusão ao livro Imperialismo, o último estágio do capitalismo de Lenin.

um pequeno número de grandes empresários, não trazendo diferenças significativas para o resto da população. Com o fim da guerra, e com uma Europa arrasada, os trabalhadores começaram a demandar mais direitos e uma condição social mais justa, eis que a maioria dos Estados para manter sua legitimidade e governabilidade iniciaram reformas para se transformar em um Estado de bem-estar social (*Welfare State*). Os impérios, dessa maneira, começaram a reconfigurar suas políticas nacionais, aumentando direitos e oportunidades, e em contrapartida, seus territórios no além-mar que viriam a pagar por esses avanços. Desta feita, para o autor, o Neocolonialismo seria uma tentativa de exportar os conflitos sociais dos países capitalistas para o terceiro mundo (NKRUMAH, 1966, p.ix-xx).

Nkrumah se utiliza da ótica marxista de que o desenvolvimento do capitalismo produziria uma crise dentro dos Estados capitalistas, em que o conflito entre as classes era inevitável, porém em outro plano, ele acreditava que, graças ao neocolonialismo, o conflito fora transferido para o palco mundial. O capitalismo dos países europeus apenas adiou a sua crise interna, à custa de transformá-la em uma crise internacional. (NKRUMAH, 1966, p.255-260).

A essência do neocolonialismo é que o Estado submetido nessa relação, seria em teoria independente, possuindo uma aparente soberania sobre seu país, porém na verdade, seu sistema econômico e suas diretrizes políticas são ditadas a partir do exterior. Via de regra, os antigos Estados coloniais são os que seguem mantendo essa regência indireta, porém outros países também podem exercer esse domínio, como é o caso dos Estados Unidos no sudeste asiático e na América Latina, ou mesmo um conglomerado de interesses financeiros descentralizados que não se pode atribuir como sendo pertencente a algum país em específico, caso do conglomerado que atuou na exploração congoleza (NKRUMAH, 1966, p.ix-xx).

Os métodos de neocolonialismo são sutis e variados, não operando somente no campo militar, econômico e político, mas extrapolando para as esferas religiosas, educacionais, ideológicas e culturais, buscando uma assimilação e infiltração na sociedade em questão para a manutenção das relações coloniais mesmo com a conquista das independências. (NKRUMAH, 1966, p.72).

Diferente do colonialismo, em que o poder imperial tinha de justificar as medidas que ele tomava no exterior e possuía uma participação direta na administração local, o neocolonialismo os poupava desse constrangimento. Nkrumah definiu a relação neocolonial da seguinte forma: "Para aqueles que o praticam, isso significa poder sem responsabilidade e para aqueles que sofrem com isso, significa exploração sem reparação" (NKRUMAH, 1966, p.xi,

tradução nossa)²³. Ao perceberem que a manutenção dos sistemas coloniais como tidos no pré-guerra era impossível, as potências imperiais começaram a reformar sua relação com a África. O Reino Unido em especial percebeu a necessidade dessa manobra em um estágio inicial, o que o resguardou dos conflitos fracassados do colonialismo francês na Argélia e no extremo oriente (NKRUMAH, 1966, p.ix-xx). O neo-colonialismo atesta para a incapacidade de se seguir governando pelos métodos antigos, sendo antes de mais nada um sinal de fraqueza do império. (NKRUMAH, 1966, p.288-239)

Boa parte do livro é destinada ao destaque das operações de empresas estrangeiras na exploração de recursos, principalmente minérios, em território africano. Essas empresas não representavam necessariamente os países imperialistas convencionais, mas faziam parte de um novo fenômeno, o "governo invisível" comandado pelo Império do capital financeiro. É da conexão de Wall Street com o Pentágono estadunidense e com apoio de outros órgãos de defesa, segurança e inteligência dos poderes imperialistas, que a África, Ásia e América Latina teriam começado a experimentar seus golpes de Estado, ou suas tentativas de golpe, seguidos de inúmeros assassinatos, desaparecimentos e acidentes fatais de políticos que governavam as novas nações emergentes (NKRUMAH, 1966, p.288-239).

O principal ponto de dependência que Nkrumah identifica é na questão econômica, que dado o sistema econômico internacional vigente, os países periféricos se encontravam impossibilitados de ascender e ter mais capacidade para melhorar a situação de sua população, se tornando cada vez mais pobres e dependentes da ajuda internacional. Para defender seu argumento, Nkrumah faz uma análise comparativa do nível de preços geral dos produtos primários, produtos que eram o principal setor de exportação dos países africanos, com os bens manufaturados, produtos que esses países periféricos necessitavam importar, pois não possuíam indústrias próprias. Segundo o autor, de 1951 a 1961, desconsiderando o petróleo, os preços dos produtos primários caíram 33% enquanto os manufaturados subiram 3,5%, causando uma perda nos países da Ásia, África e América Latina, que mesmo com seus volumes de exportação aumentando no período proposto, seus ganhos em moeda estrangeira caíram (NKRUMAH, 1966, p.241). Sendo assim, mesmo que um Estado aumentasse sua produção agrícola, ele não se beneficiaria disso proporcionalmente a menos que todos os estados produtores tenham uma política econômica suficientemente unida para persuadir o mundo desenvolvido a pagar o justo. Isto é, individualmente nenhum país conseguiria competir no cenário econômico mundial, sendo necessária a África se unir para ter maior poder (NKRUMAH, 1966, p.9-11,131).

²³ No original: "For those who practise it, it means power without responsibility and for those who suffer from it, it means exploitation without redress".

Essa ajuda que tornava os países dependentes também era fruto de controvérsia para Nkrumah. O líder de Gana acreditava que isso também era uma armadilha neocolonialista, tanto a bilateral, pois os países da metrópole só investiriam pautados pelos seus próprios interesses, quanto a multilateral através das organizações internacionais como o FMI, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e outras agências que forçavam seus mutuários a se submeter as suas políticas fiscais e econômicas, devendo dar também informações sobre suas economias. Nkrumah diferencia as ajudas externas dos países imperialistas para a dos socialistas, que por mais que não apresentassem capacidade para uma ajuda financeira tão alta, pediam em contrapartida juros mais baixos e eram menos exigentes, possibilitando um desenvolvimento independente dessas nações (NKRUMAH, 1966, p.288-239).

Dessarte, eram três caminhos alinhados e sobrepostos que deveriam ser tomados para que os países africanos se libertassem desses novos empecilhos ao seu desenvolvimento pleno: a unidade continental, o não alinhamento e a autonomia econômica. A unidade continental era um requisito para a destruição do neocolonialismo, pois com o mútuo apoio dos Estados partícipes, a ajuda exterior não seria mais necessária, e com uma organização e diretrizes políticas alinhadas às relações econômicas desse novo bloco teriam um peso maior no contexto mundial. O não alinhamento deveria ser praticado por todos os países, pois graças ao exemplo das nações socialistas, foi possível delinear um sistema alternativo ao neocolonial, em que a dependência dos países imperiais e suas exigências intervencionistas tornaram-se menos necessárias. Isto é, a cooperação com países capitalistas, socialistas e de economia mista, tenderia a libertar cada vez mais esses países a seguir seu caminho de maneira autônoma. E o investimento de outros países na África deveriam responder aos planos e diretrizes pensadas e impostas pelo próprio continente africano, que antes de mais nada serviriam para o desenvolvimento de seus países. A luta contra o neocolonialismo não visava impedir que o capital internacional entrasse no continente, mais impedir que esse dinheiro e o império financeiro aumentassem a discrepância entre os países mais ricos e os mais pobres do mundo. Esses caminhos destacados no livro são um reflexo das ideias terceiro-mundistas e pan-africanistas crescentes no continente. E mais do que isso, essas se tornam as principais metas declaradas de Gana em diversas situações, como será abordado no próximo capítulo.

3.3 CONSCIENTISMO

Neste livro, que é considerado como o mais intelectualizado dos escritos de Nkrumah, à primeira vista, seu início pode ser entendido como um compêndio da filosofia ocidental. Se em suas outras obras Nkrumah tem um cuidado de se mostrar mais didático e concreto para

seus destinatários africanos, em *Conscientismo* as constantes referências à história, filosofia e cultura ocidental dá sinais que o seu público alvo e objetivo eram diferentes do seu habitual. Nkrumah desejava lançar uma base teórica, amplamente aceita e bem fundamentada, de uma filosofia africana que fosse capaz de congrega a todos do continente. A constante referência ao mundo ocidental foi a forma de legitimação que ele empregou para justificar seu entendimento de filosofia, ideologia, coerção e como elas se combinariam na realidade africana.

Conscientismo possui duas edições lançadas muito próximas, a original de 1964 e a de 1970, porém que possuem diferenças entre si. Sendo o livro um reflexo da ideologia de Nkrumah, mesmo nesse curto espaço de tempo de seis anos, ele sofre algumas transformações, na medida que o próprio posicionamento de Nkrumah se alterou. A mais significativa das modificações ocorreu em seu pensamento sobre a transição para um governo socialista. A primeira edição representava um momento único da trajetória de Nkrumah, nesta época a CPP tinha a adesão de todas as camadas: agricultores, trabalhadores, funcionários públicos, comerciantes, chefes, e empresários de Gana, e por meio do *Conscientismo* ele buscava criar uma filosofia que congregasse essa diversidade do Partido, amalgamando a sociedade em torno de uma identidade nacional de forma a evitar a tendência à desintegração. A segunda edição marca os quatro anos do golpe de Estado que derrubou seu governo e seu tom otimista e conciliatório perde força. Nkrumah já não acreditava que o socialismo pudesse ser alcançado através de reformas, mas somente pela via revolucionária. E a burguesia indígena já não encontrava seu papel de aliada no caminho para o desenvolvimento africano, mas era tida como uma colaboradora do neocolonialismo, isto é, uma traidora do continente africano. (BINEY, 2011, p.125,126; NKRUMAH, 1970, p.1)

A narrativa de Nkrumah é construída a partir de sua crítica pós-colonial ao estudo ocidental de disciplinas como história, filosofia e das humanidades em geral. Para ele os sistemas filosóficos devem ser analisados a partir do meio social que os produziram e deve-se atentar para os mecanismos de contenção social presentes nesses sistemas. O caráter universalista empregado no estudo da história grega e romana, berço da Europa moderna, estimularia o estudante africano colonizado - e aí, cabe uma crítica semelhante a outras regiões periféricas- a estudar a história da humanidade associada com a história da Europa, sendo essa a única dotada de relevância. Se a história de uma nação poderia ser facilmente confundida com a história de quem a escreve, isto é, sua classe dominante, a história da África deve se precaver de não ser um mero apêndice da história da Europa. O considerado novo renascimento africano de Nkrumah dava grande destaque em como a história é apresentada: deveria ser a história de sua sociedade, não a história das aventuras europeias no além-mar. A história deveria ser o

espelho de sua sociedade, e o contato com o europeu deveria se situar apenas no que tange a experiência africana nessa relação, não no papel central. (NKRUMAH, 1970, p.5,63)

Para se compreender o que era o Conscientismo dito por Nkrumah, e seu objetivo com ele, deve-se primeiro explicar sobre alguns conceitos chave que são caros ao autor. Nkrumah entende a filosofia como profundamente arraigada na vida humana e na sociedade. Nesta concepção, quando as principais preocupações da vida humana são diferentemente imaginadas, ou quando a sociedade altera sua forma organizacional a filosofia revelaria um novo viés e seria concebida de outra forma. Essa maneira de pensar abria caminho para uma alteração da filosofia hegemônica na sociedade africana, uma vez que as bases imaginativas da população se alteraria com o fim do colonialismo e com a possibilidade de um governo autônomo e independente podendo se alterar também a filosofia que as lastreasse. Nos séculos XVIII e XIX o conteúdo social da filosofia ocidental se tornava mais explícito, já que as leis, políticas, economia e a ética eram embasadas nessas filosofias. O ganêh intencionava que a sociedade africana adotasse essa nova corrente filosófica e que a explicitasse tal qual o ocidente fizera, a aplicando nos diferentes espaços da vida cotidiana (NKRUMAH, 1970, p.29-30, 54-55).

Outro objeto muito abordado em seu livro é a ideologia. Nkrumah julga que as ideologias visam unir as ações de um conjunto de pessoas para objetivos específicos e definidos, podendo essa ideologia ser implícita na sociedade. Mesmo que implícita, toda sociedade tem ao menos uma ideologia corrente em seu seio, não significando, entretanto, que todas as sociedades possuam um conjunto articulado de declarações a serem seguidas. Em toda sociedade existe um tipo de moralidade. Dificilmente isso quer dizer que haja um manual, ou algo concreto, definindo essas regras da moralidade. Mas a moralidade existe. Por moralidade ele entende uma rede de princípios e regras para a orientação e avaliação da conduta dos indivíduos. A moral orienta e busca conectar as ações de um conjunto de pessoas. Sendo assim, a moral e a ideologia estão estreitamente relacionadas.

A ideologia de uma sociedade exibe-se na teoria política, social e moral e as usa como instrumento. Ela estabelece uma gama particular de comportamento político, social e moral, de forma que o comportamento que se encontra fora dessa gama será incompatível com a ideologia. [...] Assim, a ideologia exibe-se na teoria e na prática moral (NKRUMAH, 1970, p.59, tradução nossa).²⁴

Nkrumah tem a preocupação de destacar que a ideologia não necessita ser dirigida apenas para trazer uma mudança fundamental em uma sociedade ou refutar uma ordem social

²⁴ No original: “The ideology of a society displays itself in political theory, social theory and moral theory, and uses these as instruments. It establishes a particular range of political, social and moral behaviour, such that unless behaviour of this sort fell within the established range, it would be incompatible with the ideology.[...]Thus ideology displays itself in moral theory and practice”.

moribunda. Mesmo quando é uma ideologia revolucionária, ela não se destina somente a expressar o desejo de abolir o atual status quo, ela destina-se também a introduzir, defender e manter a nova ordem social que ela propõe. Esse cuidado ao demonstrar que as ideologias permanecem como ideologia, mesmo defendendo uma ordem já existente, era uma forma de demonstrar que o conscientismo poderia tanto combater a antiga ordem, o colonialismo no continente, quanto sustentar o sistema que Nkrumah tentava estabelecer.

Outra característica importante da ideologia é ser caráter coercitivo. Se a ideologia possui uma intenção integrativa, isto é, se ela almeja construir uma certa ordem que une as ações das pessoas através de objetivos específicos, seus instrumentos são também instrumentos de controle social. Nkrumah julga a ideologia de uma sociedade como presente em todas as esferas da mesma. Ela abrange toda a vida das pessoas e se manifesta na sua estrutura de classe, história, literatura, arte, religião e etc. Essas áreas seriam também instrumentos que se relacionam com a concepção de sociedade desejável de determinada ideologia. A medida que houver mudanças nas concepções de o que é a sociedade desejável, esses instrumentos também se transformariam, uns de maneiras mais sutis e discretas que outros. (NKRUMAH, 1970, p.59,66)

Sendo assim, a coerção seria um mecanismo fundamental na sociedade. Se em um sentido a ideologia dispõe de instrumentos que incentivam a coesão destacando valores comuns, interesses e objetivos semelhantes, e nessa linha, atitudes e reações padronizadas, de outro lado a ideologia segrega quem se insere fora desta margem. Sua coesão se transforma em uma coerção a respeito da forma esperada de se agir. A sociedade estabelece um determinado horizonte de atuação, uma escala de que conduta é socialmente permitida aos seus membros, e desenvolve instrumentos para obter a conformidade com o contorno esperado. Além dos impeditivos legais, as sociedades desenvolvem uma série de instrumentos mais sutis e insidiosos, como os constrangimentos sociais diversos, que acabam se tornando os meios encontrados para alcançar e preservar a unidade. A necessidade desses meios sutis de coesão social repousa no fato de que uma grande porção da vida dos indivíduos está fora do alcance de uma intervenção central direta. Essas formas não regradas de controle são obrigatórias se deseja que essa porção da vida das pessoas seja preenchida com a ordem pretendida. (NKRUMAH, 1970, p.60-62,68)

Nkrumah ao demonstrar que as ideologias e a busca por uma coesão social acabavam coagindo os que se encontram fora do gradiente esperado, não o faz em tom de denúncia. Ele não tinha como objetivo criar uma nova categoria de pensamento que permitisse a conduta livremente das pessoas. Ele estava ciente de que as ideologias constrangiam seus indivíduos a

seguirem uma determinada ordem, e por sua vez, queria desenvolver uma que os moldasse para a ordem que ele julgava mais adequada à realidade africana. O autor também não deixa claro quem impõe a ordem, incentiva a ideologia e manipula os instrumentos de coerção. Ele não cita o Estado ou o governo como o agente dessas práticas, seu ator principal é a sociedade. Nkrumah não delega a nenhum agente em específico, mas a esse conjunto abstrato que é a sociedade, pois a ordem e o controle social não deveriam ser tidas como maléficas, autoritárias nem depreciativas. Ele partia do pressuposto de que elas surgiam de um desejo comum e eram para um bem comum.

Nkrumah identifica três segmentos distintos que estão presentes na África de seu tempo. O modo de vida da África tradicional, a presença da tradição islâmica e a infiltração por meio do colonialismo e neocolonialismo da tradição e cultura cristã. Esses segmentos são animados por ideologias que competem entre si gerando problemas em sua coexistência. Nkrumah buscava uma sociedade africana unida, e para alcançá-la julgava que deveria existir uma ideologia que genuinamente representasse a vontade das outras, uma ideologia que congregasse as demais, impedindo a competição e guiasse os cidadãos para um contínuo progresso. Conscientismo foi a filosofia que Nkrumah criou para dar base teórica à ideologia que buscasse essa união. A experiência islâmica e ocidental deveria ser adicionada de forma propositiva e não passiva, acomodando de acordo com as necessidades africanas. A sociedade africana pós-colonial já não era mais a mesma que fora antes da presença das correntes exógenas, negar essas culturas é tão somente inútil. Elas devem ser repensadas e adaptadas para a busca de uma unidade africana, utilizando o conscientismo como um mapa para digerir essas culturas de uma maneira que represente alguns dos valores básicos da personalidade africana como o igualitarismo e comunitarismo (NKRUMAH, 1970, p. 68, 70, 78, 79).

A saída certamente não é regurgitar toda a influência islâmica ou europeia numa tentativa fútil de recriar um passado que não pode ser ressuscitado. A saída é apenas avançando, avançando para uma forma de sociedade mais elevada e reconciliada, na qual a quintessência dos propósitos humanos da África tradicional se reafirmem em um contexto moderno - avançando em suma, para o socialismo, mediante políticas cientificamente concebidas e corretamente aplicadas (NKRUMAH, 1973b p. 81,82, tradução nossa)²⁵.

²⁵ No original: “The way out is certainly not to regurgitate all Islamic or Euro- colonial influences in a futile attempt to recreate a past that cannot be resurrected. The way out is only forward, forward to a higher and reconciled form of society, in which the quintessence of the human purposes of traditional African society reasserts itself in a modern context— forward in short, to socialism, through policies that are scientifically devised and correctly applied”.

Esse igualitarismo coordena um dos princípios cardeais da ética da filosofia conscientista, que é tratar cada ser humano como um fim em si mesmo, e não meramente como um meio. Essa visão igualitária é dada com base em sentenças individualistas de que todo o indivíduo possui um valor igual independente de sua função na sociedade. Porém, segundo o autor, esse viés individualista permite a presença de dois sistemas de organização social: o que permite um direito igual para os indivíduos explorarem uns aos outros, que poderia ser praticado através do capitalismo; e outro que impõe sobre todos o dever de dar suporte aos outros e fazer da felicidade do outro sua própria felicidade, sistema possível em sociedades socialistas. O conscientismo de Nkrumah adotava o socialismo como o sistema certo, pois o considerava como muito próximo ao comunitarismo da África tradicional, sendo este sistema com uma roupagem mais moderna. Na sociedade tradicional africana nenhum interesse seccional poderia se sobrepor ao coletivo, sendo o bem-estar geral um objetivo supremo, tal qual o socialismo buscado pelo ganês (NKRUMAH, 1970, p.49, 69, 95-97).

Para chegar ao seu objetivo socialista, Nkrumah propunha uma verdadeira revolução social para essa nova unidade. O catalisador dessa revolução seria o conhecimento propagado por uma revolução intelectual que transformaria o pensamento e a filosofia em direção a uma libertação da sociedade. O conscientismo filosófico seria a filosofia que estaria por trás dessa revolução. E somente a revolução seria capaz de levar a sociedade a esse ponto. A reforma para ele era uma tática de auto-preservação. "A reforma não é uma mudança no pensamento, mas na maneira de se expressar, não se muda o que é dito, somente muda o idioma"(NKRUMAH, 1970, p. 72, tradução nossa)²⁶. A estrutura basilar do capitalismo e do colonialismo, remonta suas origens na escravidão e no feudalismo, tornando impossível alcançar uma estrutura socialista apenas por meio de reformas, pois essas manteriam os princípios fundamentais que vão de encontro à tradição africana e sabotam a verdadeira emancipação do continente, dando lugar para o neocolonialismo. (NKRUMAH, 1970, p.73-79, 104)

Desta feita, Nkrumah criou esse conscientismo filosófico para harmonizar os interesses de seu partido que se inclinava para a fragmentação na fase pós-independência, e mais do que apenas isso, harmonizar os interesses da sociedade africana em um sentido geral (BINEY, 2011, p.127). Se durante o colonialismo os inimigos dos povos africanos eram evidentes, evidentes também eram seus objetivos. Após obter a independência, cada grupo criava uma narrativa

²⁶ No original: "Reform is not a change in the thought, but one in its manner of expression, not a change in what is said but one in idiom".

diferente de qual caminho deveria ser seguido para o progresso de seu país. Identificando uma continuidade do colonialismo no continente, Nkrumah classificou o neocolonialismo e seus comungadores internos como os novos inimigos da África, que só seriam combatidos por meio de uma ideologia conjunta que unisse e organizasse toda a África. O abrangente Conscientismo viria para participar de todos os aspectos da vida das pessoas, conectando o passado comunitarista e igualitário para um novo caminho socialista em sua forma e conteúdo (NKRUMAH, 1970, p.105).

3.4 PAN-AFRICANISMO

Africa Must Unite foi um livro feito para abarcar um público amplo. Ora o autor fala para os africanos, tanto para o cidadão comum quanto para seus líderes, estimulando a independência total da África e sua união política, ora para o público externo, explicando como se deu o processo de colonização e as dificuldades de se obter a independência de Gana e dos outros países. Mesmo com seus destinatários sendo abrangentes, seu objetivo era claro: convencer da necessidade da união da África continental e de suas ilhas.

Nkrumah persuade a criação de uma África conjunta baseada em três principais pilares, que deveriam ser os três objetivos desta África unida: uma economia planificada sobre uma base continental; uma organização militar conjunta; e uma política exterior e diplomacia unificadas (NKRUMAH, 1965, p.286-288).

Em sua análise da realidade de Gana, que ele estende a todo o continente, o investimento de capital é uma das principais necessidades. Durante o período colonial, a acumulação de capital individual foi parca, de maneira que não se pode criar uma base privada de investidores nativos para estabelecer empresas de porte suficiente para gerar uma economia industrial sólida. Com esse impedimento de acumulação de capitais por parte dos ganeses, ficou reservado ao governo, como dono dos meios de produção, desempenhar o papel de empresário principal na construção do progresso social e econômico do país. É por isso que Nkrumah acredita no socialismo como saída para o país, pois este sistema supõe a propriedade pública dos meios de produção das terras e seus recursos e a utilização desses meios para satisfazer as necessidades e vontades de seu povo (NKRUMAH, 1965, p.144,167). A planificação econômica seria a única forma de tirar a África da pobreza, pois existe um círculo vicioso que mantém o pobre em seu caminho de pobreza a menos que se faça um grande esforço para quebrar suas causas circulares (NKRUMAH, 1965, p.224). Nkrumah faz críticas ao estilo soviético, principalmente no que tange as repressões às liberdades individuais, não desejando que se siga à risca o modelo da

URSS, mas o tem como modelo das benesses que um sistema econômico integrado e planejado em escala continental pode trazer.

Outra vantagem econômica que a união continental poderia trazer está na grande capacidade de recursos minerais e energéticos que o continente possui e a dificuldade material para explorá-los que esses países têm individualmente, tendo que se submeter a empresas estrangeiras. Com um plano econômico comum, esses recursos seriam melhor distribuídos e aproveitados, elevando as potencialidades do continente. Desta forma, a integração econômica não se assemelharia a uma fusão de pobreza, como se poderia supor, mas um núcleo que coordenaria todos os recursos existentes, econômicos, agrícolas, minerais, financeiros, e os utilizaria de forma metódica de modo a melhorar o excedente total, contribuindo para um mais elevado desenvolvimento do capital (NKRUMAH, 1965, p.226). Anteriormente, durante o período colonial, esses recursos foram desenvolvidos tão somente de acordo com o interesse de suas respectivas potências coloniais. Se durante esse processo de construção de uma economia complementar e de abastecimento à sua, foi necessário que as metrópoles coloniais construíssem algumas estradas, edificassem algum porto, educassem um certo número de africanos ou qualquer outra atividade benéfica para o bem-estar do povo nativo isso foi apenas um pouco mais do que accidental, estando longe de ser a finalidade subjacente do governo colonial (NKRUMAH, 1965, p.57, 152).

Uma planificação adequada e coerente através da unidade também resolveria os problemas de desigualdade continental, amenizando a diferença entre os países de áreas áridas onde a agricultura é desfavorecida; os que possuem poucos recursos naturais; ou os que haviam enfrentado, e na época da escrita do livro, ainda enfrentavam, uma difícil luta pela independência. A estrutura do exclusivismo colonial acelerou essas desigualdades desenvolvendo majoritariamente as regiões costeiras, mineiras e de terras com solos e climas compatíveis com os precisos para plantar as matérias primas demandadas na Europa (NKRUMAH, 1965, p.203). A aposta de Nkrumah é que as independências e a construção de uma África Una resolveriam essas mazelas, equilibrando o desenvolvimento. Isso ocorreria pois, com essas independências, e principalmente com suas uniões políticas, esses países poderiam e deveriam explorar suas riquezas atuais e potenciais objetivando suas próprias vontades e estratégias. Dessa forma que essas nações poderiam combater o já referido neocolonialismo, rompendo com o onerante monopólio econômico.

O segundo ponto mencionado seria a adoção de uma estratégia militar e defensivas unificadas (NKRUMAH, 1965, p.287). Essa força conjunta para proteger o território africano está baseada no ideal de ajuda mútua e de que nenhum deles individualmente teria capacidade

de afrontar, ou proteger sua soberania de um eventual agressor imperialista. O medo de invasão na época não se encontrava somente na ameaça externa, mas mesmo dentro do continente os principais líderes viam o perigo como iminente, dada a existência do regime do Apartheid na África do Sul, e seu constante avanço militar, os regimes de supremacia branca²⁷, e os países que ainda se encontravam sob domínio colonial. O exército serviria também para auxiliar os países que ainda se encontra no jugo colonial a se libertar, pois "Enquanto fique pelo menos um metro de solo sob o domínio estrangeiro, a batalha há de continuar" (NKRUMAH, 1965, p.84).

A grande razão da construção desse exército dava-se pela percepção de que eles estavam vulneráveis à ingerência de outros países, conferindo um caráter de incerteza à manutenção de suas soberanias e independências. Além disso, a manutenção militar impunha uma grande carga financeira sobre as despesas dos países, até mesmo para os mais ricos. Em um período de construção estatal, cada parcela de recurso financeiro era vital para a construção das instituições, o gasto com as burocracias e aos programas de bem-estar à população, tornando os gastos militares ainda mais onerosos. A solução para o ganês é que o gasto seja compartilhado entre todos, não fatigando excessivamente a nenhum, e permitindo que o continente inteiro fique amparado. Nkrumah sustenta que caso os países africanos tivessem suas forças militares comungadas, a França não teria atacado Bizerta em 1961, tampouco explodido bombas no Saara durante a década de 1960, apesar das urgentes e constantes objeções africanas sobre a realização de testes nucleares em seu solo (NKRUMAH, 1965, p.268). Se os Estados independentes tivessem se unido e constituído um alto comando militar conjunto e uma política exterior comum, talvez tivessem alcançado alguma solução para o Congo, em 1960, e permitiria que o país elaborasse seu próprio destino, não precisando de interferência não africana (NKRUMAH, 1965, p.189).

O terceiro objetivo é um reflexo dos dois primeiros, uma vez que, como se estabeleceria uma organização de planificação econômica unificada e uma estratégia militar e defensiva comuns, seria necessária adotar uma política exterior e uma diplomacia unificadas, para permitir o direcionamento político dos esforços conjuntos para a proteção e desenvolvimento do continente (NKRUMAH, 1965, p.288).

Nkrumah defendia uma política externa africana aos moldes do que era a então política externa de Gana, calcada na independência africana, na unidade africana e na manutenção da paz mundial, através de uma política de neutralidade positiva e não alinhamento. Os dois

²⁷ O exemplo mais notório é o da Rodésia do Sul que em 1965 se declara unilateralmente independente, tendo Ian Smith como primeiro ministro e representante de uma minoria branca que assumiu o governo negando o direito da esmagadora maioria negra do país, gerando um descontentamento no continente.

primeiros são complementares, posto que enquanto a África não esteja completamente livre da dominação estrangeira não poderá estar unida por completo, e a ação unida é medular para se conquistar uma independência plena. O último era fruto do medo de um inverno nuclear e de uma destruição gradual entre os países²⁸. Por meio de uma força moral, e quando possível com uma força material também, as nações não alinhadas devem exercer sua influência para salvar o mundo de um desastre definitivo, sendo a força oriunda de uma unidade africana, concentrada em uma política de não compromisso, teria um grande efeito nesse sentido (NKRUMAH, 1965, p.264). É de se destacar que Nkrumah delegou a principal vertente da força africana pela paz o plano moral, refletindo a percepção da falta de capacidade material que os países possuíam para enfrentar os problemas em outros eixos. A percepção de Nkrumah da assimetria de poder entre os países da África e os países do Norte global da época não significava que aqueles países deveriam se ausentar dos assuntos internacionais, por não ter uma capacidade material compatível, dado que a guerra entre as grandes potências também traria miséria e destruição para os países que não participavam dela. Eles tinham então o dever de assumir um posicionamento sempre que fosse uma questão que pudesse afetar a paz. Essa foi a diferenciação que ele usou entre neutralismo positivo e neutralismo negativo, em que no segundo, os países pecariam pela omissão nos assuntos chave.

A obtenção desta união continental, para Nkrumah, se daria da mesma forma que se obtinha uma revolução política: por meio de um partido forte, bem organizado, com bases amplas, amalgamado por um programa que seja aceito por todos os membros, sendo que estes, devem ser submetidos à disciplina do partido (NKRUMAH, 1965, p.82). As democracias já consolidadas, que já contam com uma longa trajetória, estariam mais preparadas para a descentralização, pois já possuem corpo hábeis e experientes capazes de concretizar tarefas urgentes para seu desenvolvimento, que, de outro modo, seriam incumbência de um governo central. Porém um país novo, que ainda não possui instituições e burocracias bem consolidadas, mediante uma liderança e uma força nacional fortes, necessita iniciar um planejamento central, que abarque toda a nação, para que as atividades necessárias em cada região se adaptem ao programa central, não podendo aventurar-se permitindo que a habilidade ou incompetência de um corpo regional permita ou impeça o desenvolvimento desta região (NKRUMAH, 1965, p.99).

²⁸ Vale lembrar que o livro foi escrito pouco depois da crise dos mísseis de 1962.

A União Africana²⁹ seria uma livre fusão de povos com uma história comum e um destino comum, porém não são só esses traços compartilhados que fazem com que esses países venham a convergir para um governo em comum, é também pela característica da *unidade* do africano. Essa unidade, desenvolvida no pan-africanismo supera os ingredientes que muitos alegavam que carecia para uma união africana, uma raça, uma cultura e uma língua em comum (NKRUMAH, 1965, p.182, 250). Nkrumah rejeita as divisões de África Árabe e África negra; de África francófona, anglófona, lusófona e etc; para ele todas essas divisões eram uma tentativa de desunir os povos africanos para que eles não exerçam sua potencialidade e fiquem a mercê de um neocolonialismo dos seus antigos impérios. Contudo, resultava-se complicado romper com essa relação de dependência, uma vez que esses países adotaram um sistema econômico, administrativo e educativo, que, cada um a seu modo, tinha por finalidade perpetuar a situação colonial (NKRUMAH, 1965: 245). Como já foi exposto, Nkrumah acreditava que a primeira etapa para o rompimento deste fenômeno era a busca pelo reino político, sendo este o lema do CPP, pois sem a independência política não se poderia levar a cabo nenhum de seus planos de desenvolvimento social e econômico. No aspecto continental ele pensava de maneira semelhante, a união política entre esses países deveria ser a base para as outras formas de união, sendo que ela permitiria um planejamento conjunto das diversas atribuições do Estado.

As questões econômicas e políticas estavam cada vez mais interligadas, porque os câmbios econômicos radicais que se necessitam com urgência de uma planificação econômica só podem se produzir de maneira mais rápida e efetiva se esses países estiverem unidos politicamente. E de maneira inversa, a independência política só poderia adquirir plena significação quando pudesse criar uma enorme fusão de recursos econômicos e industriais, que proporcionasse aos diversos estados africanos uma base suficientemente forte para servir de apoio ao bem-estar de sua população (NKRUMAH, 1965, p. 225).

Nkrumah acreditava que os novos Estados africanos poderiam ficar um pouco super protetores com sua recém adquirida soberania e tendessem a exagerar no separatismo, não desejando partilhá-la em nome desse governo central. O estadista de Gana, entretanto, tinha a União como a única forma de salvaguardar a independência, sendo a economia planificada, uma força de defesa comum e uma política externa alinhada os meios para isso. As inúmeras conferências que Gana convocou ou participou, e os vários países visitados por Nkrumah transparecem a busca por esse ideal e o protagonismo do país para alcançá-lo.

²⁹ Não confundir com a União Africana (UA) organização fundada em 2002 a partir da Organização dos Estados Africano (OEA), de 1963.

3.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Não por acaso esses três livros foram escolhidos como representantes do pensamento de Nkrumah. Tratam-se de suas obras mais famosas e destacadas, além de representarem momentos marcantes da trajetória do autor. Lidos com atenção, a complementaridade de cada livro ganha ainda mais destaque, sendo aqui apresentados em uma ordem diferente das suas datas de publicação para atender a uma abordagem dialética na explicação de como seus livros ditavam o caminho que o Estado deveria seguir.

Em *Neocolonialism* Nkrumah deixou bem claro seu credo de que a soberania dos Estados não estava garantida ao se conquistar a independência política, pois o colonialismo possuía um substituto que mantinha as estruturas da colonização e a relação de inferioridade que os países africanos possuíam com o capital estrangeiro. Esse neocolonialismo era um sucessor imediato à subserviência política à metrópole, sendo apenas mais sutil e indireto. Se esse era o fenômeno recorrente em todos os países do continente, era necessário encontrar uma antítese para romper essa estrutura de dominação e conquistar uma autonomia de fato para que esses países seguissem seu próprio caminho via desenvolvimento.

Essa antítese foi buscada ao se elaborar uma filosofia que clamasse a auto-consciência da população africana. Se o imperialismo utilizava métodos culturais, educacionais e ideológicos para perpetuar a dominação, era preciso uma corrente que atacasse por esses mesmos aspectos, porém visando o empoderamento africano. Em *Consciencism* Nkrumah remonta aos aspectos comunitaristas da África tradicional e como eles rivalizam com os valores imperialistas. O conscientismo trazia uma autoafirmação de que os valores do ocidente, principalmente os passados pela relação neocolonial, não serviam para a África, devendo ser aglutinado em uma ideologia que abarcasse a todo o continente. Se o neocolonialismo era a representação dos interesses do imperialismo na África, o conscientismo se mostrava como o representante dos próprios africanos cristalizados em sua unidade.

Deste embate entre o neocolonialismo e a filosofia conscientista surge uma síntese que seria o objetivo final para Nkrumah. Os Estados deveriam reconhecer as estruturas do neocolonialismo em funcionamento em seu país e combatê-las com esta ideologia que criticava a submissão dessas nações às forças imperiais. Como resultado dessa equação, e mesmo para superá-la, esses países deveriam buscar uma unidade nacional. Se anteriormente, quando Nkrumah afirmava que o caminho para se destruir o advento do colonialismo dava-se primeiramente na busca pelo reino político, neste segundo momento para ele a destruição completa do neocolonialismo seria através da união política africana.

Se em *Neocolonialism* Nkrumah já indica que o imperialismo age por meio da balcanização dos territórios, e em *Consciencism* traz uma filosofia que congregaria todo o continente, a resposta a este conflito é dada em *Africa Must Unite* onde se defende que apenas através da união e da planificação econômica que a África poderá ascender. A ideia central de cada um dos livros já encontra alguns vestígios nos demais, mas através de extensos exemplos e variáveis de casos africanos cada livro se torna único e complementar.

Essas obras mostram a pretensão de Nkrumah em forjar uma ideia de macro nacionalismo, ou nacionalismo africano, em torno do Pan-africanismo, por meio da homogeneidade, consenso e da integração social, e também de construir um Estado, que envolve a implementação efetiva da capacidade e de um sistema político para governar a nação.

4. COMPORTAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA DE GANA

Este capítulo buscará aplicar a relação de comportamento e atitude da política externa ganesa testando determinados casos valiosos para este estudo. No capítulo anterior, mediante livros e discursos de Nkrumah, foi possível traçar a linha dos principais posicionamentos do líder em relação ao espaço de Gana no ambiente internacional. Cabe agora contrastar essa atitude, e mais objetivamente a atitude oficial do Estado de Gana, com o possível impulso de realização dessas vontades. Para isso, o capítulo é dividido em duas seções, sendo a primeira uma abordagem da correlação complementar da atitude e do comportamento do chefe de Estado ganês. Em muitas situações durante os nove anos de governo de Nkrumah a atitude foi capaz de prever e ditar o comportamento da relação exterior do país, porém houve uma falha na manutenção dessa atuação. Se o ímpeto de ação do Estado estava direcionado de maneira alinhada com seu grau de satisfação em relação ao sistema internacional, a dificuldade de concretizar os objetivos não estava associada a dissonância dessa relação atitude-comportamento, mas a uma dificuldade de conservação dessas políticas. A segunda seção deste capítulo irá analisar os impeditivos que constrangeram a sustentabilidade da ação externa desse país.

4.1- QUANDO A ATITUDE PREDIZ O COMPORTAMENTO

Como já explanado anteriormente, a política externa neste presente trabalho é avaliada em dois níveis distintos, o de sua atitude e o de seu comportamento. Esses conceitos, emprestados da psicologia social, apresentam algumas transformações iniciais para o seu estudo na política externa. A atitude inclui um conjunto de crenças e valores a respeito de um determinado objeto, sendo ela dotada de sentimentos, emoções e afetos, atribuindo ao objeto status de agradável ou desagradável e posicionando a pessoa contra ou a favor deste objeto em questão. Se esse conceito indica o nível de contentamento de um ator em relação a um objeto e a predisposição que esse ator tem ao se comportar, quando utilizado para o estudo de política externa e não mais de psicologia social, necessita de algumas alterações em sua forma. O ator passa a ser o Estado e o objeto com o qual ele se relacionará, de maneira positiva ou negativa, será o sistema internacional. Essa atitude é uma variável que não pode ser mensurada ou quantificada diretamente, sendo necessário deduzi-la a partir de outros caminhos. Neste trabalho se utiliza de discursos oficiais, notas do governo por meio de seus plenipotenciários e documentos oficiais, como a constituição para embasar o posicionamento do Estado frente ao sistema internacional exemplificado em alguns casos. Por meio dessas fontes é possível

elaborar um padrão de análise das intenções do Estado em questão, podendo assim aferir qual é a sua percepção em relação ao ambiente externo.

O outro nível de estudo aprecia o fator comportamental do Estado. Esse comportamento será estudado como a ação do Estado, isto é, sua conduta deliberada e efetiva em relação ao sistema internacional, por meio da ênfase a eventos observáveis. O comportamento é mais empírico e mais fácil de se desvendar, pois é mais materializado que a atitude. Considerando que boa parte das ações do Estado, advêm de um planejamento prévio, a relação entre a atitude e comportamento é mais explícita e direta. Isso ocorre em razão de que quando os atores pensam previamente em como vão se comportar, o melhor prognosticador de seus comportamentos é a intenção que os anima (AJZEN; FISHBEIN, 1985).

Quando Gana se tornou um país soberano, em 1957, ele entrou em um já consolidado sistema internacional, em que era delegado a ele uma posição periférica nas relações globais, além de o país se encontrar subordinado a forças econômicas que estavam além de seu alcance (CHAZAN 1984, p.96). Nkrumah era consciente dessa situação marginal. A Política Externa para ele era um instrumento essencial para se subverter a posição de Gana e da África nessa ordem. Assim sendo, durante o período de Nkrumah como líder do país (1957-1966), a atitude da política externa de Gana teve três assuntos centrais e interligados: a libertação africana, a busca pelo Pan-Africanismo e o não-alinhamento.

Considerando que a CPP, o partido de Nkrumah, era partido majoritário nas representações políticas de Gana, que existia um grande respaldo de variados conjuntos populacionais ao governo, que Nkrumah era líder político do país e que suas ideologias tinham um considerável peso na sua sociedade, é possível considerar que os valores, ideias e realidades intersubjetivas que animavam Gana na época eram as mesmas que impeliam Nkrumah. Sendo assim, esses três principais eixos da atitude da PE de Gana se alinham de sobremaneira a linha de pensamentos de Nkrumah, conforme explanado no capítulo anterior. Seus livros parecem ser o plano de fundo dos seus discursos como estadista e de documentos oficiais do governo. E, de maneira recíproca, as posições do governo serviam de base para a confecção de seus livros que buscavam convencer um público maior do caminho a ser seguido.

Nkrumah era consciente de que a cooptação por termos identitários, morais e discursivos eram a maneira que Gana melhor poderia atrair os outros países para uma Política Externa alinhada. O macro nacionalismo que o Pan-africanismo criava era o elemento perfeito para isso. Essa ideia de unidade africana, criada na diáspora e então aderida no continente, era difundida cada vez mais pelo autor que queria compartilhar esse significado intersubjetivo entre todo o continente. Este conceito, entretanto, ganhava uma roupagem diferente em cada um dos países

em que ele se inseria, transformando as concepções de integração continental e sua implementação em perspectivas distintas.

O posicionamento pan-africano de Gana era tão presente nos aspectos legais do país, que até mesmo em sua constituição de 1960 esses princípios se encontram pautados. Em seu preâmbulo clama-se a simpatia e lealdade a todos países irmãos da África, além de destacar a esperança de que as ações do país pudessem desenvolver a União dos Estados Africanos. Mesmo a soberania do país, algo tão valioso para uma nação recém independente, poderia ser submetida se fosse em nome da união continental (GANA, 1960).

O movimento dos não-alinhados foi um dos foro que Gana melhor conseguiu se inserir e protagonizar. Nkrumah conseguiu criar ligações com o norte da África, Oriente Médio, Ásia e algumas partes da América Latina forjando uma massa crítica de países dentro da ONU (CHAZAN, 1984, p.98). Dentro deste contexto, Gana foi uma importante voz na luta pelo respeito aos direitos fundamentais, a soberania e integridade territorial das nações, a autodeterminação dos povos, a busca pela resolução dos conflitos de forma pacífica, o respeito às obrigações internacionais e outros princípios referendados na Conferência de Bandung, a qual o país fez parte. Outro ponto de destaque da atitude da política externa do país foi seu posicionamento contrário à corrida armamentista promovida pelos Estados Unidos e União Soviética, e que ganhava contornos cada vez mais alarmantes³⁰. Gana se situava no ambiente internacional de maneira harmoniosa com o pensamento de Nkrumah da neutralidade positiva. Mesmo se opondo aos seus principais parceiros econômicos diretos, Gana articulava medidas para impedir o avanço nuclear, como trataremos mais adiante.

Não apenas se posicionando como um país não alinhado, Gana procurou ter um comportamento como tal. Durante o início dos anos 60, Nkrumah demonstrou em termos concretos a liberdade de ação do país se aproximando da Europa oriental e do bloco socialista em geral, sem, contudo, negligenciar suas relações com o ocidente. Esses novos elos econômicos traduziam a vontade de quebrar com a dependência econômica que Gana possuía eu relação aos seus parceiros ocidentais, perseguindo sua nova política econômica. Apesar de posteriormente essa aproximação ter sido vista pelos seus críticos como ideológica, não há evidências que essa política tenha ido contra o interesse econômico do país. Essa expansão dos acordos bilaterais estimulou a expansão do consumo de cacau na Europa oriental na década de 60, além da dilatação das relações comerciais entre esses países e Gana, passando de 6% em

³⁰ I Cúpula do movimento dos países não-alinhados, em Belgrado durante o ano de 1961 refletiu essa vontade conjunta do bloco afroasiático, sendo este um dos principais temas do encontro.

1960 para 24% em 1965³¹ (KILLICK, 2010, p.123, 137). Durante a visita de Nkrumah em 1961 para esses países do bloco oriental³², o estadista queria fortalecer não somente os laços econômicos, mas o político também. Ele decide criar embaixadas ganesas em todos esses países visitados, prática que era economicamente indefensável para a realidade de Gana do período, mas que projetava a grandeza que Nkrumah desejava trazer a seu país. É notável, portanto, que neste caso a atitude pró não-alinhamento foi capaz de predizer o comportamento do país neste mesmo tema. Esses novos vínculos, materiais e imateriais, eram agora um palanque que notabilizava cada vez mais o nome de Gana e seu líder na cena internacional (BINEY, 2011, p.103; DEI-ANANG 1975, p.52).

Ao passo que se aproximava desses países do bloco oriental, Nkrumah acreditava que poderia manter também relações harmoniosas com os poderes ocidentais, deixando os conflitos ideológicos das grandes potências longe do continente. As relações que Gana manteve com o Reino Unido, após a sua independência, foram estreitas e amigáveis sendo o país membro ativo da Commonwealth (BINEY, 2011, p.151). Logo após seis meses após a independência, Gana apresenta um discurso oficial sobre sua política doméstica e exterior, que é proferido por Nkrumah e que ele reitera, o posicionamento de que a Commonwealth era uma associação livre e franca de diálogo entre diferentes pontos de vista, demonstrando uma total igualdade entre os seus membros (NKRUMAH, 1957b). Os países africanos membros desta comunidade não a viam como mais uma instituição para pedir ajuda e recursos, mas sim como um espaço político onde eles poderiam pressionar de maneira conjunta e levar suas demandas diretamente com o Reino Unido. A expulsão do regime segregacionista da África do Sul do bloco da Commonwealth em 1961, foi um demonstrativo da concretização do comportamento da política externa desses países africanos, revelando o poder de suas ações organizadas (CLAPHAM, 1996, p.88). Foi apenas com a crise da Rodésia do Sul³³ e a ineficácia, ou desinteresse, das forças ocidentais em contorná-la que as relações entre Gana e seu antigo colonizador acabaram se deteriorando, como será explanado mais adiante.

As relações com os Estados Unidos também acabaram se desgastando ao longo do tempo dado a determinadas divergências entre a atitude e o comportamento da PE dos dois países. Após o assassinato do líder congolês Lumumba, em 1961, Nkrumah creditou a CIA como cúmplice, e os desdobramentos desse conflito acabaram dividindo o posicionamento de

³¹ As relações bilaterais com o Reino Unido, país que Gana mais dependia, passaram de 34% em 1960 para 27% nove anos depois (KILLICK, 2010, p.137).

³² A visita de Nkrumah para a União Soviética, China, Jugoslávia, Roménia, Bulgária, e da Albânia entre julho e setembro.(BINEY, 2011, p.103).

³³ País que corresponde atualmente ao Zimbábue.

Acra e Washington durante o início da década de 60 (BINEY, 2011, p.152). Porém, logo quando Gana se independizara, o país necessitava de capital estrangeiro para implementar seus projetos. Nkrumah, em 1958, visitou os EUA e o Canadá para coletar recursos, apoio e investimentos, principalmente em um de seus mais ambiciosos planos, o Projeto do Rio Volta (Volta River Project). O PRV se tratava na construção de uma barragem no Rio Volta, um dos mais importantes rios africanos. Nkrumah esperava que a energia hidrelétrica coletada fosse o suficiente para abastecer o país e incentivar o desenvolvimento industrial da nação. Sua pretensão de abandonar a dependência extrema que sua economia tinha da exportação de cacau, o alentou a levar esse projeto adiante, já que ele possibilitaria a diversificação produtiva do país (BINEY, 2011, p.99-112). O PRV correspondia também aos interesses políticos do estadista. Nkrumah desejava que Gana tivesse um grande aporte estrutural para que seus países vizinhos o orbitassem. Com a barragem pronta e a possibilidade de uma energia barata que sustentaria o desenvolvimento na região, os países, desejando essa vantagem, se sentiriam mais compelidos à união política, e desejariam a união também para implementar outros projetos como esse, uma vez que sozinhos eles não teriam condições de financiá-los (Nkrumah, 1965). A barragem também era uma política pan-africana. E cada passo em direção a sua concretização era uma referência do comportamento sendo animado pela atitude pan-africanista do país.

O governo ganês queria demonstrar que tinha potencial para ser um global player. Em determinadas situações seu comportamento vinha a solidificar sua intenção de ser o promotor da união continental. Nkrumah desejava mostrar a grandeza que Gana era capaz, e para isso o mundo testemunhou o recém-criado país iniciar sua primeira companhia de linhas aéreas nacionais, Ghana Airways, e sua frota nacional de navios, a Black Star Line³⁴. Gana estava criando estruturas que permitiriam futuramente a união continental³⁵.

Estritamente associado ao Pan-africanismo estava a busca incessante pela emancipação dos países da África. Essa emancipação fora declarada como uma das metas do Estado de Gana logo no alvorecer de sua independência, pois para Nkrumah "a independência de Gana não tinha significado, a menos que conectada com a libertação total do continente

³⁴ Tal nome foi uma homenagem a empresa de navegação marítima do pan-africano Marcus Garvey (BINEY, 2011).

³⁵ “Na atualidade, as comunicações na África miram para fora e não para o interior. Nos vinculamos com países do ultramar, mas não entre nós mesmos. As rotas de navegação não estão traçadas para percorrer toda a costa, os caminhos de enlace que entrecruzam todo o continente não existem e as linhas aéreas estabelecidas pelas companhias internacionais existentes tem por objetivo servir aos viajantes proveniente da Europa, nas aos africanos que desejem ir de uma parte a outra do continente.” (NKRUMAH, 1965, p.159). Este trecho do livro de Nkrumah manifesta a motivação política que Gana teve ao construir essas formas de comunicação.

africano"(NKRUMAH, 1973, p.121, tradução nossa)³⁶. Essa atitude de promover o fim do colonialismo e a busca por soberania desses Estados irmãos foi referendada nas conferências que o país participou e convocou, dentro e fora da África. Um exemplo notório disso foi a conferência dos Estados Africanos Independentes, em Acra 1958, em que Nkrumah considerava a África a última fortaleza remanescente do colonialismo, pois ao contrário da Ásia, a maior parte dos territórios africanos ainda era dependente, sendo um dever dos outros países africanos acelerar essa libertação. “Hoje somos um. Se no passado o Saara nos dividia, agora ele nos une. E um ferimento a um é um ferimento a todos nós. A partir desta conferência deve sair uma nova mensagem: ‘Mãos fora da África! África Deve ser livre!’”³⁷ (NKRUMAH, 1973, p.129, tradução nossa).

Em 1958, quando a França do general de Gaulle propôs um referendo para suas colônias, as questionando se elas desejavam ou não permanecer como tais, Nkrumah teve a oportunidade de materializar seu ímpeto pela libertação. Até este ano, o país era o único da África subsaariana que obtivera independência, de forma que Nkrumah queria e necessitava de países parceiros. Nkrumah incentiva e oferece apoio a todos os países que votassem pela ruptura com a França no referendo e buscassem uma autonomia política (MAZRUI, 1977, p.48). No entanto, a estabilidade e garantia de ficar sob a órbita e proteção francesa foi considerada como uma alternativa superior à resposta mostrada pelo chefe de Estado ganês. De todas as colônias que realizaram a votação, somente Guiné rompe o vínculo com sua antiga metrópole. O país, agora aglutinado sob a liderança de Sékou Touré, encontrava uma série de barreiras para sua administração política, tendo sido excomungado pela França e sem ainda a capacidade de se manter sozinho. Guiné passou a enfrentar turbulência nas mais diversas áreas, sendo propositalmente deixado à deriva pelo seu ex-colonizador. A vista disso, Gana, que se empenhava para atrair os países do continente, passa a dar amparo ao país, concedendo suporte técnico e financeiro enquanto eles passavam por esse período inicial de independência (MAZRUI, 1977, p.50). Como já referido anteriormente, a aproximação entre os dois países não parou por aí, no mesmo anos eles criam a União Gana-Guiné, que apesar de não ter tido uma implementação sólida, teve um grande resultado simbólico. A União foi objetivada para servir de núcleo para uma futura união de todos Estados africanos, sendo que qualquer país africano independente que quisesse se juntar a ela era bem-vindo (ORWA, 1985, p.77). Seu

³⁶ No original: “Our independence is meaningless unless it is linked up with the total liberation of the African continent”.

³⁷ No original: “Today we are one. If in the past the Sahara divided us, now it unites us. And an injury to one is an injury to all of us. From this Conference must go out a new message: ‘Hands off Africa! Africa must be free!’”

simbolismo e representatividade se encontram na medida que a união foi o laço entre o primeiro país independente do Reino Unido e o primeiro independente da França, levando Nkrumah a acreditar que esse era o exemplo perfeito para o resto do continente (BINEY, 2011, p.137; MAZRUI, 1977, p.50).

Outro momento que Nkrumah pode projetar Gana no cenário internacional e se inserir como uma liderança na África foi na crise do Congo no início da década de 60³⁸. Imediatamente após a independência do Congo da Bélgica, uma série de conflitos internos começaram a borbulhar no país, culminando no golpe de Estado no primeiro-ministro eleito, Patrice Lumumba, e tendo como um dos efeitos mais expressivos a empreitada separatista da província de Katanga, que foi apoiada por colonos brancos e pelo interesse de mineiros belgas (BINEY, 2011, p.140). Lumumba recorre a organismos como a ONU para o envio de tropas a vista de restaurar a integridade territorial do país e protegê-lo das ameaças externas a que ele estava sujeito. Nkrumah vê aí uma oportunidade de protagonismo dentro da ONU, apoiando a intervenção da Organização com o envio de várias de suas tropas para compor o efetivo. Ele acreditava que como uma nação africana, Gana deveria ajudar os outros países do continente, principalmente quando o conflito dizia respeito ao domínio colonial.

A atuação da ONU, entretanto, não era condizente ao esperado por Lumumba e nem mesmo por Nkrumah. A Organização estava falhando em conter os revoltosos e estes líderes africanos começavam a se questionar que interesses o órgão estava representando³⁹. Ao passo que Nkrumah estava comprometido com a ONU ele percebia e destacava as limitações que esta Organização exógena à África tinha em resolver os conflitos no continente, e a partir disso ratificava a necessidade de um alto comando combinado das forças militares do continente, que seria realizado com a unidade política africana (BINEY, 2011, p.139-145). Após sucessivas falhas da intervenção das Nações Unidas, Lumumba é capturado e assassinado, levando os outros líderes africanos a retirarem o apoio à intervenção. Mesmo assim, Nkrumah manteve suas tropas sob tutela da Organização pois acreditava que ao debilitar sua autoridade, abriria as comportas para a intervenção de outras forças, justamente as forças que o continente tentava se livrar (NKRUMAH, 1965, p.259). O fracasso da atuação de Nkrumah e da ONU ratificavam a necessidade de um mecanismo permanente e africano para a resolução deste tipo de situação e

³⁸ A crise neste país é complexa, envolvendo inúmeros fatores e atores, porém para este trabalho será considerada a relação da atuação de Gana e seus objetivos.

³⁹ Nkrumah passou a creditar a atuação do órgão como embaraçosa e desagradável, sendo o uso de suas tropas alocadas em desacordo com o posicionamento de Gana: em setembro de 1960, as tropas ganesas impedem Lumumba de usar a estação de rádio em Leopoldville para se pronunciar, porém seus oponentes encontravam-se livres para transmitir em Brazaville, o que gerou certo atrito entre Nkrumah e Lumumba (NKRUMAH, 1967).

para a busca pela união africana, evitando os perigos do neocolonialismo e da balcanização como evidenciados neste caso (NKRUMAH, 1965, 1966)

Outro palco importante do posicionamento de Nkrumah foi durante a guerra de libertação Argelina. O país do norte da África vinha recebendo considerável apoio do mundo árabe desde quando o conflito eclodiu em 1954, porém na África negra a causa argelina teve pouca repercussão, aceitação e incorporação na agenda dos movimentos africanos, sendo até malvista por parte da África francófona (MAZRUI, 1977, p. 51,52). A mudança veio somente com a independência de Gana, em que Nkrumah passa ser uma das primeiras e principais vozes do movimento pró-libertação argelina ao sul do Saara. Esta pauta acabou dilatando o hiato existente entre os grupos de consenso formados no continente. A configuração dos grupos será apresentada melhor na próxima seção, mas para agora cabe ressaltar que a divisão não era necessariamente feita por um grupo de árabes pró-Argélia e um de negros pró-França. O grupo pró-argelino, Casablanca, contou com apoio de Gana, Guiné e Mali, três países não árabes que incentivaram uma aproximação do pan-africanismo e do pan-arabismo (KODJO; CHANAIWA, 2010).

A questão argelina também foi o cenário que Nkrumah pode externar melhor seu compromisso com o repúdio à postura belicista ocidental, aqui identificada com o uso de testes nucleares no Saara por parte do governo Francês no início dos anos 60. O estadista considerou tal ato uma afronta ao território africano, um desrespeito à sacralidade do solo do continente e mais um motivo da necessidade da união política a fim de evitar esse tipo de comportamento. Antes dos testes, Nkrumah e outras lideranças africanas já haviam manifestado sua contrariedade com o uso de armas nucleares no continente. Assim que os testes iniciaram, Nkrumah congelou os bens econômicos franceses assentados dentro do país, e ao explodirem a segunda bomba Gana convoca o embaixador do país na França e Nkrumah convoca uma conferência especial com os países africanos para discutir que medidas poderiam ser tomadas (MAZRUI, 1977, p.58).

Talvez o caso mais extremo da posição de Gana sendo concretizada em uma ação prática seja seu rompimento diplomático com os britânicos e com a Commonwealth em dezembro de 1965. Quando em 1963, uma minoria de colonos brancos na Rodésia do Sul, liderados por Ian Smith, declararam unilateralmente a independência do país e iniciaram um regime de supremacia branca de segregação racial sem sufrágio universal e eleições livres, um conjunto de países africanos passou a ter isso como uma afronta à integridade do continente, ao pan-

africanismo, e à autodeterminação dos povos⁴⁰. Nkrumah procurou exercer pressão no governo britânico, na OUA e na ONU para que este regime fosse derrubado e uma nova constituição que garantisse uma verdadeira independência e os direitos civis e políticos para os habitantes do país. Através da diplomacia como principal instrumento, Gana e outros países africanos passaram a exercer pressão nos mais diversos âmbitos do sistema internacional para impedir a manutenção deste regime.

Desde o princípio Nkrumah expressou sua atitude em relação a este caso: "A posição de Gana é que sanções por si só não são suficientes, a não ser apoiado por uma intervenção militar"(NKRUMAH, 1973a, p.363). O ganês acreditava que o Reino Unido por ter sido o antigo colonizador tinha uma responsabilidade especial com o país, destacando que as medidas que os britânicos estavam dispostos a tomar estavam aquém do esperado para resolver a situação. Em 1965 os ministros das relações exteriores dos países africanos dão um ultimato no Reino Unido, os ameaçando com uma ruptura diplomática a menos que o regime de Smith fosse derrubado (MAZRUI, 1977, p.62). No início de dezembro o prazo do ultimato chegara ao fim. Neste período, o R.U. ainda era a principal parceiro de Gana, e um parceiro central de praticamente todos os países da África. Mesmo com um grande conjunto de países tendo declarado sua postura de rompimento caso a morosidade em relação a Rodésia do Sul permanecesse, somente Gana e Tanzânia cortaram as relações com o país.

Nkrumah procura deixar claro que a ruptura das relações não deveria afetar os interesses comerciais ou individuais dos britânicos no país, tampouco prejudicar as parcerias nas outras áreas. A suspensão das relações políticas era uma sanção provisória de Gana e seria normalizada no momento que se resolvesse a crise rodesiana (NKRUMAH, 1973a, p.364). Gana também se ausentou da Commonwealth, pois segundo Nkrumah

A concepção da Commonwealth foi construída em cima da ideia que forneceu uma ponte entre os povos de todas as raças e de todos estágios de desenvolvimento. A maneira pela qual os eventos em Southern Rodésia foram tratados pelo Governo do Reino Unido minou e traiu essa concepção.⁴¹ (NKRUMAH, 1973, p.366, tradução nossa).

Sendo assim, o país africano não poderia mais fazer parte da comunidade.

⁴⁰ Na conferência da OUA em 1965 em Acra, os chefes de cada país resolveram, por unanimidade, que a situação da Rodésia do Sul constituía uma séria ameaça à paz mundial (BINEY, 2011, p.53).

⁴¹ No original: "The conception of the Commonwealth was built up upon the idea that it provided a bridge between peoples of all races and of all stages of development. The manner in which events in Southern Rhodesia have been handled by the United Kingdom Government has undermined and betrayed this conception."

Não raro as posições do Estado Ganês em relação à ordem do sistema refletiram em suas ações concretas e na busca por implementá-las. Com a liderança forte de Nkrumah, a atitude da política externa se materializou no comportamento da mesma, demonstrando uma forte relação dialógica entre as mesmas e um grande caráter de previsibilidade na relação de ambas. Porém muitas dessas ações não se mantiveram por muito tempo, demonstrando antes uma falha em sua manutenção, do que uma falta de motivação em implementá-las. A relação entre atitude e comportamento não é o bastante para aferir a longo prazo como se dará a política externa de um país, devendo ser complementada com o eixo de capacidade estatal.

4.2 – INSUSTENTABILIDADE DA AÇÃO EXTERNA

Conforme a seção anterior, percebeu-se que em vários níveis e arenas o ímpeto de ação da política externa de Gana foi predito consoante o grau de satisfação que o país apresentava em relação a sua situação no sistema internacional. Porém se o Estado estava tendo sucesso em transformar suas pretensões em ações, o mesmo não pode ser aferido no que diz respeito a manutenção dessas práticas. A capacidade estatal de Gana a impedia de apresentar uma sustentabilidade a longo prazo de sua atuação. Essa variável impediu uma aplicação eficaz da penetração do Estado na sociedade, pois não teve estrutura suficiente para conservar as alterações das dinâmicas no ambiente pretendido. Para explicitar os constrangimentos da capacidade estatal de Gana será analisado seis fatores, sendo eles: a dependência que o país apresentava das metrópoles imperiais; a concorrência na implementação de seus projetos no continente com o de potências extra regionais; a resposta de potências reativas na região; o contexto de guerra fria; a fragilidade material interna; e a insurgência de grupos internos.

Se considerarmos que a capacidade de um Estado inicia quando ele tem a soberania política para exercê-la, os problemas de capacidade dos Estados africanos começam tão logo eles conquistam suas independências. Porém, ao considerarmos também a capacidade que o governo colonial local detinha nestes mesmos territórios, encontramos estruturas muito mais profundas de falha nas condições de agência do Estado na sociedade. Essa precária capacidade herdada com a independência incentivavam um vínculo de *dependência dos países africanos com sua antiga potência colonial*.

Como dito, aqui entende-se a capacidade estatal como a força relativa do Estado ante a sociedade, sendo ela peça central para a estabilidade interna, pois "sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem a capacidade de garantir o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania,

um regime democrático torna-se inócuo" (ISAPE, 2012). Uma vez que se entenda a capacidade estatal como base de estabilidade interna, a concretização das suas políticas públicas, tal qual a política externa, é dependente da mesma. A débil capacidade que os países africanos herdavam os vitimava a uma subordinação ao Ocidente, que em contrapartida a estimulava suficientemente para esses Estados garantirem sua soberania, mas não tanto a ponto de eles não necessitarem mais desta relação.

Com a necessidade de obter apoio externo para legitimar seus novos status de Estados soberanos, a primeira e mais óbvia fonte de aceitação e ajuda internacional que os países africanos poderiam buscar eram seus ex-colonizadores. Essa relação remetia a uma lembrança constante do passado colonial e de suas estruturas, afetando a identidade desses novos países e sua organização interna (CLAPHAM, 1996, p.77). Incapazes de se manter internamente, a manutenção dessa relação se dava pela busca por segurança. Suas ex-metrópoles serviam para manter a integridade territorial que eles haviam herdado, bem como a manutenção das instituições internas e o poder das elites que comandavam o país, de forma que uma postura mais distante poderia gerar retaliações não só do país europeu, mas de grupos internos que eram muito próximos a ele e tinham seus interesses ameaçados (CLAPHAM, 1996, p.79-81).

Gana procurou criar uma capacidade estatal forte desenvolvida em torno de um governo central personalista e poderoso. Porém o cenário social que Gana procurava empreender suas ações era mais amplo. A sociedade que Nkrumah tentava projetar a capacidade de Gana era não somente a sociedade ganesa, mas a africana em geral. Neste ponto cabe destacar não somente a capacidade estatal que Gana possuía para realizar suas ações no continente, mas também sua capacidade relativa em comparação com outros atores com o mesmo objetivo, destacando-se a *concorrência de potências extra regionais*.

Enquanto de um lado tínhamos a Gana de Nkrumah preocupada em criar um macronacionalismo no continente e políticas convergentes dentro da África, do lado oposto estava a França do general de Gaulle que tentava implementar a ideia de uma Euráfrica para manter a posição global do país e criar Estados Clientes que a outorgasse elementos para sua grandeza nacional (CLAPHAM, 1996, p.79,86).

Mesmo antes de ser uma liderança política em Gana, Nkrumah estava aflito pela indiferença das colônias da África francesa com o fervor nacionalista e pan-africanista, viajando para França para atrair os intelectuais da diáspora africana que lá viviam. Um dos fatores deste desinteresse da África francófona estava na maneira distinta que o colonialismo nesses territórios acontecia. A França incluía até certo ponto esses africanos na política da metrópole, tendo eles a possibilidade de se tornar membros da Assembleia Nacional de Paris. Essa proto-

ideia de pertencimento ao ser nacional francês, fez com que os africanos colonizados pela França fossem muito menos revoltosos com o poder colonial do que os colonizados pelo Reino Unido (MAZRUI, 1977, p.44,45).

Logo no início da Quinta República Francesa fundada por de Gaulle, o general faz um referendo oferecendo a independência às colônias francesas na África. Esta manobra tratava-se da legitimação da presença francesa no continente através da ideia de um colonialismo por consenso. O colonialismo consensual afirmava que a situação colonial fora negociada, isto é, a soberania e os direitos políticos africanos foram racional e voluntariamente entregues para outro Estado em troca de benefícios (MAZRUI, 1977, p.49). Estava-se tentando difundir o ideal que os países africanos tinham direito a não ter direitos.

Porém o resultado do referendo pouco teve relação com uma vontade da África francófona de entregar sua autonomia para a França. A decisão foi tomada pelo medo e pela consciência de que eles não teriam capacidade de se manter sozinhos. A proposta oferecida no referendo era ou o rompimento total com o país, político, financeiro, econômico e educacional, ou a adesão a uma nova comunidade francesa. Tão logo foi oferecida essa opção as colônias se questionaram se teriam capacidade para gerir seus Estados sem a presença de professores franceses em seus sistemas educacionais, sem os subsídios e parcerias técnicas que a metrópole proporcionava, se seus produtos seguiriam tendo acesso privilegiado ao mercado francês e se eles conseguiriam se adaptar a outros mercados e outras tantas dúvidas que traziam um caráter de incerteza no seus futuros como países (MAZRUI, 1977, p.48). A oferta de de Gaulle era ou orbitar em torno da liderança francesa ou ficar a deriva e servir de exemplo para os demais.

Nkrumah procurou trazer a liderança de Gana como uma alternativa à dependência francesa desses países. Gana auxiliaria na construção de capacidade desses Estados e os ajudaria a trilhar o caminho até a independência. Nkrumah tentava propagar as instituições ganesas como o caminho a ser seguido por esses países e criar vínculos com esses países que substituíssem os vínculos com a França. Porém era difícil crer que o recém-criado país africano tivesse condições para liderar a transição dos demais. A agência de Gana não conseguia fazer frente no quesito estrutural com a agência francesa. E isso ficou claro quando apenas Guiné rechaçou a continuidade do colonialismo francês.

Mesmo quando independentes os países francófonos da África seguiram extremamente alinhados a metrópole. Considerando a fragilidade da capacidade dos recém criados Estados, eles detinham apenas uma soberania jurídica sobre seu território, uma ideia de nação fragmentada por diversos motivos e um controle limitado sobre seu próprio território, necessitando de apoio externo para auxiliar na sua soberania empírica. E neste aspecto, mais

uma vez, a França tinha muito mais capacidade do que Gana. Ainda que poucas, as incursões militares de Gana no continente tentavam passar a mensagem de que ela tinha condições de auxiliar esses Estados, ou ao menos de liderar caminho a uma união desses Estados. Porém as divergências ideológicas e as desconfianças que esses países tinham com Gana minavam tais pretensões.

Essas desavenças ideológicas podem ser salientadas com o surgimento dos grupos Brazzaville-Monróvia e Casablanca no início da década de 60, demonstrando a *resposta de potências regionais reativas* ao projeto de Nkrumah. A divisão iniciou concretamente após 12 ex-colônias francesas conservadoras⁴² se reunirem em Brazzaville e se oporem ao apoio de Estados Africanos ao governo de Lumumba. Em resposta a esse grupo, sete países com interesses diversos⁴³ se reuniram em Casablanca, em 1961, e acordaram sobre o fracasso das Nações Unidas no Congo, os testes nucleares na Argélia e a necessidade de uma maior união entre os países. Apesar da união africana ser um consenso entre os países africanos, a forma que ela se daria ainda era uma contradição. A posição do Grupo Brazzaville era de oposição à integração política de toda a África, almejando uma união econômica a princípio com ênfase na integração regional (ORWA, 1985). Conforme esse grupo se fortalecia a divisão entre os países africanos aumentava e os planos de Nkrumah ficavam cada vez mais distantes.

Mesmo dentro do grupo Casablanca a ideia de escrever uma constituição africana foi rejeitada. Nkrumah não teve condições de implementar seu interesse nem neste pequeno grupo de países alinhados politicamente. O resultado prático foi apenas a Carta africana de Casablanca, que não era legalmente vinculante e estabelecia uma associação dos Estados africanos para preservar e consolidar sua identidade e unidade nas questões internacionais, criando comitês para coordenar a política externa de seus membros e promover a cooperação econômica e cultural. Nesta Carta continha o ideal de Nkrumah de que a união política precedia a união econômica (ORWA, 1985). Trazer uma diferença estrutural tão grande no sistema internacional e no interior de cada um desses Estados africanos era uma tarefa árdua que exigiria muitos recursos, apoio e liderança. Se por um lado Nkrumah estava tendo dificuldades para isso, por outro lado os que seguiram o caminho de um pan-africanismo suave, sem tantas

⁴² Congo-Brazzaville, Senegal, Chade, República Centro-Africana, Costa do Marfim, Níger, Alto Volta, Mauritânia, Gabão, Benin, Madagascar e Camarões.

⁴³ Marrocos queria apoio contra a Mauritânia, Egito queria aumentar sua influência na África e obter apoio contra Israel, Gana buscava atrair mais países para perto de si e difundir os ideias de união política africana, Guiné e Mali, nesta época estavam unidas a Gana e desejavam se opor as outras ex-colônias francesas que ainda orbitavam em torno do país; e por último a Frente de Libertação Nacional Argelina, considerada por esses países como a representante da Argélia, queria atrair legitimidade ao seu movimento, receber mais apoio externo e mesmo se opor ao governo francês e seus aliados no continente que não apoiavam sua luta por libertação (ORWA, 1985)

mudanças reais e uma integração apenas baseada na solidariedade financeira encontravam cada vez mais adeptos. O grupo Brazzaville passa a ser conhecido como Monróvia rompendo as barreiras da francofonia e integrando mais oito países⁴⁴. Por serem muito mais moderados e menos ambiciosos em suas pretensões eram melhor vistos no ocidente e tinham mais facilidade para chegarem a um consenso. Nkrumah foi o líder dos estados que buscavam uma união federalista, que envolvia obrigações legais e constitucionais, já o grupo Monróvia defendia uma integração funcionalista que exigia um comprometimento puramente moral (ORWA, 1985).

Apesar disso, motivados pelo compromisso com a unidade africana, a legitimidade mútua, o desenvolvimento econômico, não alinhamento e principalmente por uma criação de uma frente unida contra o regime do apartheid da África do Sul, contra o colonialismo e contra os regimes de supremacia branca os chefes de Estado africanos se reuniram em Adis Abeba em 1963 a fim de colocar suas diferenças de lado e criar a Carta da Organização da Unidade Africana (ORWA, 1985). A OUA refletia o desejo africano de falar uníssono. No entanto, mesmo com a União a África continuava dividida por ideologias e interesses distintos (BINEY, 2011, p.146). A busca pelo interesse nacional individual de cada um deles era mais poderosa que a busca por uma macronacionalidade africana. O incentivo à descolonização era feito através do nacionalismo e os Estados se dividiam quando o tema era ação militar coletiva contra os regimes coloniais de supremacia branca. O senso de otimismo que Nkrumah teve com a conferência da OUA não se confirmou com os fenômenos seguintes. A OUA apenas mascarou as divergências do continente, estando longe de ser a proposta de unidade idealizado por Nkrumah.

A exclusão de Gana do Comitê da OUA para a Libertação Nacional, sediado em Dar-es-Salaam, era um indicativo da tensão de Gana com outros movimentos e de como a busca por liderança do país estava cada vez mais fragilizada. Nkrumah foi isolado ideologicamente na fundação da OUA e seu apelo radical pela grande união fora ignorado. A falta de alcance das ações do Estado ganês estava cada vez mais evidente e suas intervenções surtiam menos efeito no cenário africano. Seu comportamento de política externa não estava conseguindo seguir sua atitude.

Aliado à dificuldade de atuação de Gana no continente africano, estava a influência do *período da Guerra Fria* em como o ocidente encarava o país e seu líder. O centro liberal é ativamente hostil a modos rivais de desenvolvimento (BUZAN; WEAVER, 2013, p.25). Nkrumah considerava um dos principais inimigos da África o neocolonialismo perpetrado pelos

⁴⁴ Libéria, Monróvia, Nigéria, Etiópia, Serra Leoa, Somália, Tunísia e Líbia

países imperialistas. O problema disso residia na dependência que Gana e as outras nações tinham desses países. A inerente contradição entre a necessidade de investimentos e o desafio desta nova organização no sistema internacional que Nkrumah propunha era óbvia, e veio a deteriorar a capacidade do país. Como era de se esperar, houve uma reação do ocidente que aumentou os termos degradantes ao conceder créditos, impôs sanções ao governo da CPP negando acesso a capital, deixando que o país tivesse que buscar capital a taxa de juros mais altas e desestimulava o desenvolvimento industrial de Gana e a inserção de suas empresas no país (CHAZAN, 1984, p.99).

Além de ter feito muitas declarações nesta mesma linha, boa parte do livro *Neocolonialism* de Nkrumah fornecia detalhes das operações do capital financeiro ocidental⁴⁵ no continente e como seus recursos minerais eram covardemente explorados, além de atentar de forma condenatória para as relações políticas que os países do ocidente conservavam com os países africanos. Se enquanto intelectual se tem uma autonomia para se declarar tais coisas, não necessitando assumir nenhum compromisso sério, quando se é chefe de Estado essa situação muda. A publicação de *Neocolonialism* foi um fator relevante para o atrito das relações de Gana com o ocidente e em especial os EUA (BINEY, 2011, p.131). Esses embates refletiram no bloqueio estadunidense ao pedido de crédito por parte de Gana no FMI (THOPSON, 1969, p.396). O clima de Guerra Fria era preponderante nesse aspecto. O governo estadunidense, na ocasião da criação da OUA havia convencido alguns governantes chave, como Tafawa Balewa da Nigéria, William Tubman da Libéria e Haile Selassie da Etiópia, de que um governo unido seria comandado por socialista e pró soviéticos como Nkrumah e Nasser, desestimulando a integração. O Departamento de Estado dos EUA escrevera alertando seus aliados que tal união poderia introduzir o comunismo na África (ORWA, 1985, p.82). Nkrumah acabou caindo em uma armadilha que ele mesmo criara. Gana contraiu altos débito internacionais e foi vítima de uma dependência e descrédito além da que ela havia herdado durante sua independência (CHAZAN, 1984, p.99).

As atitudes de política externa de Gana trouxeram outros paradoxos na sua relação com os países de fora do continente. Durante seus três primeiros anos de independência, Israel forneceu assistência econômica ao país em inúmeras áreas, criando um grande laço de parceria. Porém os acordos assinados em Casablanca em 1961, trouxeram uma nova dinâmica para a relação. A resolução, por pressão principalmente de Nasser, condenou Israel como um país a serviço do imperialismo, não só no Oriente Médio, mas também na África e na Ásia. Gana

⁴⁵ Em especial as canadenses, estadunidenses, britânicas, belgas e francesas.

necessitava da experiência técnica e econômica de Israel para poder desenvolver seus objetivos econômicos, mas precisava do apoio egípcio para suas pretensões da África Una (BINEY, 2011, p.104). Sua *debilidade estrutural e material interna*, mais uma vez o colocou em uma situação desconfortável para implementar autonomamente sua política Externa.

Outra característica dessa debilidade material foi o revés econômico cada vez mais forte que colocava em xeque as políticas públicas de Gana. A dependência da economia externa, sobre a qual se tem pouca influência, tornavam o país mais vulnerável às recessões das economias industriais do ocidente (CLAPHAM, 1985, P.85). A partir dos anos 60, com um declínio do preço do cacau no mercado mundial, a maior parte das reservas ganesas para reinvestimento estavam comprometidas, levando o governo a aumentar a tributação pessoal para se manter. A incapacidade de uma responsabilidade financeira por parte de Nkrumah gerava desconfiança externa e deslegitimidade interna. A criação da grandeza de Gana parecia ser incompatível com uma disciplina de planejamentos. Essa extravagância, mesmo quando o país já apresentava divisas parcas para manter seus programas internos, evidenciava a tensão entre a negligência de Nkrumah nas questões domésticas e seus anseios de PE voltada para uma grande África (BINEY, 2011).

Por mais que a barragem idealizada no PRV fosse trazer energia para Gana ter possibilidade de se desenvolver industrialmente, seu projeto trouxe muitas contradições, afinal o país agroexportador de cacau não demandava desta energia naquele momento (BOATENG, 2003, p.148). Após dez anos de negociações do governo de Nkrumah com os britânicos, canadenses, Banco Mundial e estadunidenses, em 1966 a barragem finalmente é concluída e é prova da dificuldade de atrair apoio do governo ganês. A obtenção de financiamento internacional do projeto fora malsucedida, o governo de Gana financiou metade do projeto e a outra parte foi obtida por empréstimos através de um acordo com a empresa estadunidense Volta Aluminum Company (VALCO). A barragem trouxe um grande déficit para as contas do governo e não se reverteu em estímulo para o crescimento econômico do país, nem beneficiou os 80 mil reassentados que tiveram que se deslocar por conta da criação do então maior lago artificial do mundo⁴⁶ (BINEY, 2011, p.109-112).

Essa utilização ineficiente dos fundos disponíveis e má opção de crédito internacional catalisou a *insurgência de grupos internos* contrários ao governo de Nkrumah. Desde o período colonial, Gana já apresentava quadros distintos de como o país deveria se desenvolver,

⁴⁶ A maior beneficiada com a barragem foi a própria VALCO, que garantiu isenção de impostos sobre sua renda por cerca de cinco anos e pequenas taxas de impostos no país, além de comprar energia do governo em 2625 mills por kilowatt durante 30 anos, o que foi o menor preço do mundo na época (BINEY, 2011, p.112).

sintetizado na presença de partidos de ideologias opostas. A Convenção da União de Costa do Ouro foi a primeira organização política a buscar o auto-governo, desejando conquistá-lo no menor espaço de tempo possível. Formada em 1947 por um pequeno grupo de advogados e empresários contava com Joseph Danquah como líder e Nkrumah como Secretário Geral, até sua saída em 1949 para fundar o CPP. Este foi o principal partido nacionalista de Gana e obtinha apoio das camadas mais populares, independente de seus grupos étnicos. O Movimento de Libertação Nacional -MLN (National Liberation Movement) foi formado em 1954 contando com a maioria de seus membros da etnia Ashanti, localizados principalmente na região central de Gana, sendo seu maior grupo étnico. Este partido demandava maior autonomia das regiões, pregando um governo federativo entre os grupos étnicos. Identificados com a memória do Império Ashanti, eles foram uma grande oposição aos governos da CPP que buscavam uma centralização do poder. Por último, temos o Partido Unido- PU (United Party), iniciado em 1957, sendo composto por uma aliança de todos os partidos opositores da CPP que perderam as eleições de 1956 (BOATENG, 2003, p.66-67).

Tanto o PU quanto o MLN eram movimentos regionais centrados nas autoridades tradicionais (BOATENG, 2003, p.69). Seu desejo de liderança e autonomia política por parte dos Chefes tradicionais de cada grupo iam diretamente de encontro às pretensões de Nkrumah de destribalização nacional, um governo forte e centralizado e uma identidade nacional unitária. Ao se instaurar esse modelo de Estado projetado por Nkrumah em que uma autoridade racional-legal substituiria a tradicional, houve uma fragilidade na legitimidade interna representada no conflito que as pessoas tinham sobre qual instituição respeitar. A principal fonte de renda do país, a produção de cacau, encontrava sua maior cadeia produtiva na província de Kumasi, principal região Ashanti, permitindo aos líderes locais a organização de uma oposição eficaz contra o governo (APTER, 1968).

Dentro da região Ashanti se encontrava grande resistência ao governo central e à figura de Nkrumah, sendo comum casos de ataques em editoriais dos principais jornais e até mesmo do incentivo à violência e ameaças físicas. Em 1961 uma estátua do estadista foi bombardeada em Acra e os planos da construção de um monumento a ele em Kumasi foram recebidos com ameaças. O Conselho do Estado Ga, representante da etnia Ga, uma das maiores do país, também protestou veementemente contra a colocação da estátua de Nkrumah em seus territórios (FULLER, 2014, p.128-129). Essa territorialidade que as etnias tinham e a manutenção do poder e controle que suas lideranças possuíam dentro destes territórios eram prova da falta de capacidade que Gana tinha dentro de seu país. O Estado Ganês encontrava resistência para implementar suas ações na sociedade, não conseguindo comandar plenamente. Essa insurgência

interna atestava a falta de legitimidade interna que o governo possuía e sua dificuldade em criar uma coesão nacional.

Afora os vários motivos conjunturais, regionais e sistêmicos da dificuldade de Gana em implementar sua política externa, esses fatores internos a impediam de manter uma sustentabilidade nessa política. Nkrumah viu o socialismo de seu país tendo dois grandes inimigos externos, o imperialismo e o neocolonialismo, porém ele não considerou que inimigos internos pudessem minar seus planos também. Junto com os grupos étnicos que buscavam autonomia, estavam elites ligadas às ex-metrópoles, grandes produtores de cacau que enfrentavam baixas econômicas, trabalhadores em geral que estavam tendo uma baixa no padrão de vida, a população descontente com o aumento da corrupção dentro do corpo burocrático do governo e os afetados com a elevação da redução da produtividade (CHAZAN, 1984, p.99; BINEY, 2011, p.109). Apenas três meses após a ruptura com o Reino Unido, Nkrumah leva um golpe de Estado.

O golpe militar administrado internamente pelo Conselho de Libertação Nacional sancionava, apesar de provavelmente não refletir, a falta de legitimidade que o governo de Nkrumah possuía (CHAZAN, 1984, p.102). A materialização deste golpe foi a mais cruel forma de revelação do hiato entre as pretensões diplomáticas e as capacidades domésticas do país (CLAPHAM, 1985, p. 126). Em seu livro, *Dark Days in Ghana* Nkrumah recorda sobre algumas tentativas de assassinato frustradas que ele fora vítima e de como setores da polícia e do exército tinham sido coniventes com isso. Entretanto o caso de Gana não deve ser olhado isoladamente. A experiência ganesa é sintomática de tendências semelhantes em outros países da periferia global e em especial do continente africano e do Sul global em geral. No intervalo de seis anos, entre janeiro de 1963 e dezembro de 1969, 25 golpes de Estado foram realizados na África⁴⁷ (NKRUMAH, 1971, p.49). A proximidade das datas de golpe entre esses países, e também das datas dos golpes de estado perpetrados na América Latina, é um indicativo de que isso não se referia somente a uma questão interna.

Sob a óptica da Análise de Política Externa podemos aferir que para Nkrumah, assim como para outros chefes de Estado, a habilidade de gerir sua política externa e seu

⁴⁷ Togo em 13 de janeiro de 1963, Congo (Brazzaville) 12-15 de agosto de 1963, Dahomey em 19 a 28 de outubro de 1963, Gabão em 18 de fevereiro de 1964, República Centro Africana 1 de janeiro de 1965, Alto Volta em 4 de janeiro de 1965, Argélia 18 de junho de 1965, Congo (Kinshasa) em 25 de novembro de 1965, Dahomey em 22 de dezembro de 1965, Nigéria em 15 de Janeiro de 1966, Gana em 24 de fevereiro de 1966, Nigéria em 29 de julho de 1966, Burundi em 29 de novembro de 1966, Togo em 13 de janeiro de 1967, Serra Leoa em 24 de Março de 1967, Dahomey em 17 de dezembro de 1967, Serra Leoa 18 de 1968, Congo (Brazzaville) em 3 de agosto de 1968, Congo (Brazzaville) em 4 de setembro de 1968, Mali em 19 de novembro de 1968, Sudão em 25 de maio de 1969, Líbia em 1 de setembro de 1969, Somália 15-19 de outubro de 1969, Dahomey 10 de dezembro de 1969, Lesoto de 30 de janeiro de 1970 (Nkrumah, 1971, p.49-50).

posicionamento internacional não necessariamente eram acompanhadas de um controle similar para a manutenção do controle interno. Assim como outros países do 3º mundo, em certo ponto ocorre um esgotamento da PE baseada na identidade e no discurso como fator de legitimidade do governo, obrigando o governo de Gana a mudar sua postura, ou mudar seu próprio governo. O Conselho Nacional de Libertação teve como preocupação principal aliviar os débitos contraídos por Nkrumah, de forma a focar em um desenvolvimento econômico do país a partir das instruções do FMI. Kofi Busia, eleito em 1969 pelo Partido Progressista - PP (Progress Party) buscou reformular a política econômica ganesa, a filiando sob o modelo capitalista e garantindo uma mínima intervenção estatal na economia, expansão do investimento internacional e crescimento da produtividade. Sua PE negligenciou os antigos parceiros 3º mundistas de Gana para poder colaborar mais com o ocidente. A PE do país passou a se centrar quase que exclusivamente no viés econômico. O ocidente recompensou essa mudança na postura de Gana com grande suporte técnico e financeiro, fornecendo créditos a termos tão generosos que eram impensáveis na Gana de Nkrumah. Entretanto, o alinhamento de Busia trouxe uma derrocada no papel do país no palco africano e internacional, a posição global de Gana era a mais dependente e submissa desde 1957 (CHAZAN, 1984, p.99-104).

3.3 – CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Nkrumah acreditava que a prática sem um pensamento é cega e o pensamento sem uma prática é vazio (NKRUMAH, 1970, p.78). Sua atitude e comportamento de Política externa se encaminharam para sentidos parecidos tanto quanto foi possível. Para a implementação dessa nova ordem que ele desejou forjar, podemos aferir que somente o pensamento e a prática não bastaram. Sua posição como global player no cenário internacional não facilitou que ele mantivesse suas posturas por muito tempo. De nada adiantava a construção de uma barragem que fosse prover energia para todo o país se o Estado afundasse em dívidas contraídas por conta do rigor dos empréstimos ocidentais ditados por animosidades políticas.

Quão legítima e possível era sua busca por uma integração política africana se dentro de seu próprio país havia grupos cada vez mais fortes e organizados contra seu governo e dentro do continente blocos de países alinhados para combater suas pretensões? Houve a falta de uma variável que o permitisse seguir buscando seus objetivos menos vulneráveis a constrangimentos internos e externos. Essa garantia da soberania total do Estado para fazer valer e imperar sua vontade não foi encontrada no governo de Nkrumah. Sua busca por uma liderança internacional era obtida com o sacrifício de seu governo nacional. A capacidade interna fragilizada o impedia de seguir implementando sua política externa. Sua parca capacidade externa não era

competitiva para ganhar das potências tradicionais que buscavam cooptar os países africanos. As condições de seu Estado de atuar interna e externamente foram o principal obstáculo para solidificar a sua atitude. A capacidade estatal cada vez mais incapaz que seu governo apresentou culminou com o seu golpe de Estado em 1966 e o fim abrupto do sonho que ele compartilhara.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de decisão da política externa é um processo complexo que envolve um grande número de fatores e agentes distintos. Neste trabalho foi concebido que “a política externa de um país depende de uma série de fatores que atuam simultaneamente e nem sempre apontam para a mesma direção. A soma desses fatores, entretanto, é o que determina e guia a política externa”⁴⁸ (THIAM, 1965, p. xi, tradução nossa).

No caso ganês, logo após a sua independência Kwame Nkrumah tinha um peso muito relevante no delineamento da política externa do país. A inexistência de uma tradição de política externa, poucas instituições com um poder e legitimidade suficiente para limitar o poder do chefe de Estado, um governo que buscava uma maior centralização e personalismo foram fatores que influenciaram a grande autonomia que Nkrumah tinha em decidir como seria pautada a política externa de seu país. Por mais que suas pretensões, ou as pretensões de seu governo, não se traduzissem nas metas do Estado de Gana, o estadista teve uma margem de manobra bem elevada para influenciar a atitude de política externa de seu país.

Essa atitude se revelou manifestamente e repetidamente em diversos pronunciamentos oficiais do governo, por seus plenipotenciários em conferências, congressos e organizações internacionais e principalmente por seu presidente. Um dos indicativos disso é a elucidação do tão desejado governo continental africano, que contou com Nkrumah como um de seus principais defensores, na constituição do país. Quando Gana se converteu em uma república em 1960, sua constituição refletiu o desejo de PE de seu líder ao apresentar como declaração de princípios fundamentais que: “Deve possibilitar-se a União da África por todos os meios legais e uma vez obtida, deve preservar-se fielmente. Não deve se suprimir nem se diminuir a independência de Gana por causas que não sejam a promoção da Unidade Africana” (NKRUMAH, 1965, p.126).

As principais diretrizes da política externa ganesa, o apoio à libertação total do continente por parte do colonialismo e por regimes de supremacia branca; a busca pelo pan-africanismo, promovendo a união africana e a derrota do neo-colonialismo; e o não alinhamento, direcionado a não deixar que os conflitos da guerra fria se acampassem no continente e nem comprometessem a paz mundial, foram tanto quanto possíveis transformados em ação diretas e explícitas pelo país.

⁴⁸ No original: “The foreign policy of a country depends on a whole series of factors acting simultaneously and not always in the same direction. It is the sum of these factors, however, which determines and guides foreign policy”.

A transformação dessa atitude em comportamento encontrou limites em diversos espaços. No palco regional, considerado o continente africano, Gana não conseguiu se consolidar como a potência capaz de cooptar os outros países a se alinharem consigo. Encontrando atrito principalmente com a África francófona, e com os países alinhados no bloco Monróvia que eram contra a integração política proposta pelo país. Gana não apresentou capacidade suficiente para interferir na sociedade que ela buscava exercer seu controle. No nível internacional, o país possuía um dissenso com os países do mundo ocidental, motivados pelos posicionamentos de política externa opostos que eles se encontraram em vários casos e que acabou minando pouco a pouco as aspirações de Gana a ser um global player de destaque. No foco interno a soberania do país também estava ameaçada dada a tentativa de regionalização promovida por alguns grupos étnicos e o crescente endividamento do país que ocasionava a queda do padrão de vida da população.

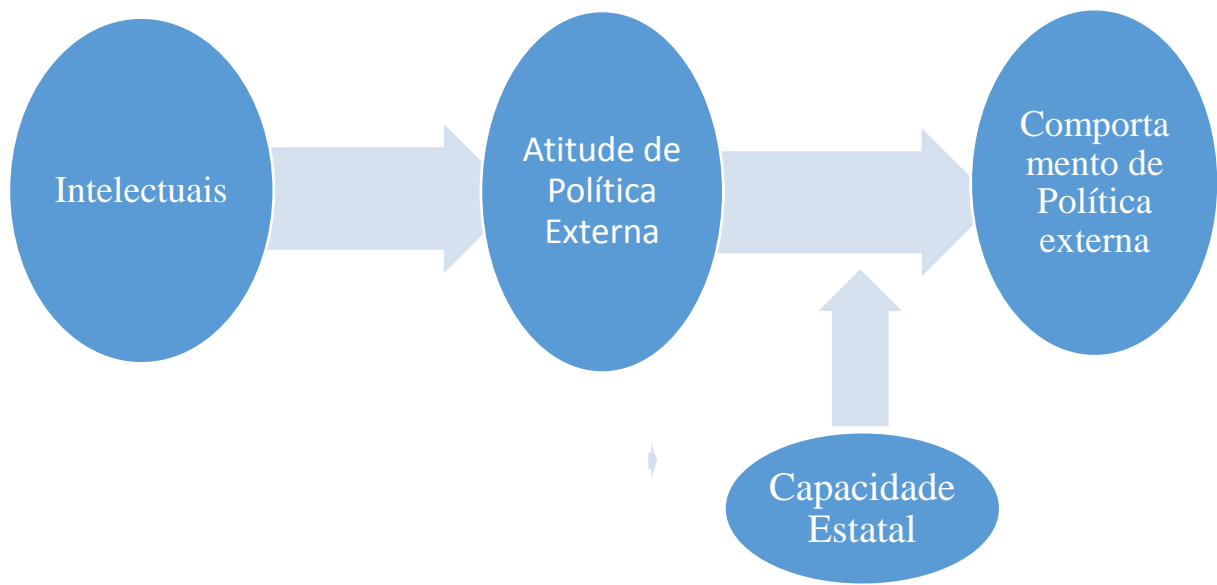
Nkrumah encontrou rivais em todos os níveis em que Gana procurava praticar suas ações. Apesar do CPP e Nkrumah terem vencido consecutivamente as eleições de 1951, 1954 e 1956, eles não eram um consenso no país, encontrando uma oposição organizada e forte. Dentro da África a ideia de pan-africanismo era consenso, porém como alcançar esse objetivo sectarizava os países, sendo a opção de união política imediata preconizada por Nkrumah uma das menos aceitas. Internacionalmente a relação com as principais potências capitalistas se deteriorava conforme a atitude da política externa do país se tornava mais manifesta.

As denúncias do neocolonialismo realizadas por Nkrumah afastavam o apoio dos países ocidentais, que, em plena guerra fria, o passavam a ver como uma ameaça na região. As ideologias do estadista eram interpretadas como perigosas e o fracasso e deposição do seu governo garantiriam de maneira mais efetiva que seus interesses estariam assegurados. Para Nkrumah, o neocolonialismo era o estágio final do imperialismo pois ele vinha carregado com a ideia de poder sem responsabilidade. Os países imperiais poderiam garantir seus interesses no continente através de governos títeres que os obedecesse. Caso esses governos *proxy* não atendessem mais as demandas ocidentais ou caso estivessem sem legitimidade interna era só os substituir por outros. A financeirização do capital, e por conseguinte das relações políticas, afastavam do controle direto os Estados imperialistas dentro da África independente. O Estado não precisava mais ser um intermediário na conexão. Dessa forma eles não tinham mais responsabilidade sobre as ações ocidentais inseridas no continente. E sem a responsabilidade eles não tinham nenhum dever para com os países africanos.

A atitude de Política Externa de Gana era um reflexo do pensamento de Nkrumah, porém seu ímpeto era refreado na medida em que ele o Estado não apresentava condições

suficientes para implementar de maneira continuada seus objetivos. Isso leva a seguinte relação apresentada na figura 1.

Figura 1: Relação entre intelectuais, atitude e comportamento de política externa e capacidade estatal



Fonte: Elaborado pelo autor.

O esquema apresentado leva em consideração o caso africano e é empregado em um contexto específico da sua construção como país. Ele mostra a gerência que os pensadores do período tiveram na formulação da política externa das nações em que eles se inseriam, condicionando suas atitudes. Essas atitudes não prediziam necessariamente o comportamento da política externa, sendo ele mediado pela capacidade que o Estado promotor apresentava na sua atuação. Essa capacidade, em função de envolver principalmente um plano externo, deve ser analisada não só em termos absolutos, mas também em termos relativos, a comparando com a dos outros atores que tentavam intervir na região.

Por fim, o caso de Gana é um dos mais característicos da região, mas não deve ser encarado como único. As lições aprendidas com a análise ganesa oferecem aportes valiosos para os países do Sul global. O sistema internacional como uma construção social que ele é, é passível de mudanças e de disputa. Porém já era um sistema estabelecido muito antes desses países se inserirem. Ele já apresentava intersubjetividades compartilhadas pelos seus adeptos

que as reafirmavam na medida em que elas os beneficiavam. Esses Estados, ao obterem suas independências se inseriram em uma condição periférica em um sistema com regras e posições bem definidas. Desafiar essas regras e diretrizes é estar sujeito às sanções tácitas que o sistema impõe para se manter. A busca de Gana por independência econômica, expansão dos parceiros comerciais e liderança regional acabaram indo de encontro aos interesses dos principais *hegemon*s do sistema. A neutralidade permanecerá como uma declaração de princípio vazia a menos que os Estados tenham a coragem de a impor. Gana não teve condições suficientes para liderar e manter o bloco não alinhado que ela pretendia criar, e seus nacionais amargaram as penalidades infringidas a essa tentativa. O país se tornara ainda mais dependente do que era ao obter a independência. O respaldo regional poderia ter permitido uma expansão da capacidade de Gana atuar internacionalmente, mas isso não aconteceu. Passados mais de 50 anos a integração gradual que derrocou a integração imediata nunca chegou. Saídas individuais foram escolhidas em oposição às saídas coletivas e a condição de subalternidade no cenário internacional ainda custa a ser superada. Talvez apenas os sonhos sonhados em conjunto podem se tornar realidade.

6. REFERÊNCIAS:

- ADLER, Emanuel. **O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais**. Revista Lua Nova Nº47. 1999. p. 201-252
- ALUKO, Olajide. The dereminants of the Foreign Policies of African States. In:____. **Foreign Policies of African States**. Editor Hodder Arnold, 1977 p. 1-20
- ASANTE, S. K. B. O Pan-africanismo e a Integração Regional. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.) **História da África Volume VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010
- APTER, David E. Nkrumah, Charisma, and the Coup. In: **Philosophers and Kings: Studies in Leadership** Vol. 97, No. 3. Summer, 1968 p. 757-792
- AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System**. Boulder: Lynne Rienner, 1995.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência política. n. 11. Brasília: UNB, 2013.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BINEY, Ama. **The Political and Social Thought of Kwame Nkrumah**. Palgrave Macmillan, Nova York, 2011
- BOATENG, Charles Adorn.**The Political Legacy of Kwame Nkrumah of Ghana**. The Edwin Mellen Press, African studies Nova York, 2003
- BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne (Org.). **The Foreign Policies of the Global South: Rethinking Conceptual Frameworks**. Boulder: Lynne Rienner, 2003.
- BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e Haiti**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 90, p. 131-171, 2011
- BULL,Hedley. **The Anarchical Society**, Londres, MacMillan, 1977
- BUZAN, Barry; WEAVER, O. **Regions and Powers: The structure of International Security**. New York: Cambridge University Press. 2003
- CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Política Externa na África Austral: causas das mudanças nos padrões de cooperação-conflito (1975-2010)**. 22 de junho de 2015. 437f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CHAZAN, Naomi. Ghana. In: ALUKO, O.; SHAW, T. **The Political Economy of African Foreign Policy: Comparative Analysis**. 1984, p.94-121

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System: The Politics of State Survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CLAPHAM, Christopher. **Third World Politics: An Introduction**. London: Routledge, 1985.

DEI-ANANG, M. **The Administration of Ghana's Foreign Relations, 1957– 1963: A Personal Memoir**. London: 1975.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **O Pensamento Africano Sul-Saariano**. Conexões e paralelos com o pensamento Latino-Americano e o Asiático (um Esquema). Brasil, São Paulo, Clacso – EDUCAM, 2008.

ESEBEDE, P. O. **The Growth of the Pan-African Movement**, Tarikh, 6, 3. 1980

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Editora civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1968

FREIRE, Maria Raquel (Coord). **Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança**. Imprensa da Univerisdade de Coimbra. Coimbra, 2011.

FULLER, Harcourt. **Building the Ghanaian nation-state: Kwame Nkrumah's symbolic nationalism**. Palgrave Macmillan, 2014

GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

Gilroy, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência**, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HABTE, Aklilu; WAGAW, Teshome. Educação e mudança social. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.) **História da África Volume VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010

HAGAN, J. **Does Decision Making Matter?** Systemic Assumptions vs. Historical Reality in International Relations Theory, *International Studies Review*, 3(2) 2001, p. 5-47.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial. In: **Da Diáspora - identidades e mediações culturais**. Org Liv Sovik. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2003. p. 101-128

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

HILL, Christopher. **The Changing Politics of Foreign Policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

HOCKING, Brian. Patrolling the 'frontier': globalization, localization and the 'actorness' of non-central governments. In ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael. **Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments**. Londres: Frank Cass Publishers, 1999. P. 17-39

JACKSON, Robert H. **Quasi-states: Sovereignty, International Relations and the Third World**. Cambridge: Cambridge Studies in International Relations, 1990.

JACKSON, Robert H.; ROSBERG, Carl G. **Why Africa's Weak States Persist: The Empirical and the Juridical in Statehood**. World Politics, Cambridge, v. 35, n. 1, p. 1-24, 13 June 1982.

JANZ, Bruce, **African Philosophy**, Constantin Boundas, ed., The Edinburgh Companion to 20th Century Philosophy. University of Edinburgh Press, 2007: 689-701.

JATOBÁ, Daniel; LESSA, Antônio Carlos, OLIVEIRA, Henrique Altemani (Coord.), **Teoria das Relações Internacionais**. Saraiva, São Paulo, 2013.

JERVIS, Robert. **Perceptions and Misperceptions in International Politics**, New Jersey, Princeton University Press, 1976.

ISAPE. (2012). **Capacidade Estatal: Democracia e Poder na Era Digital**. Porto Alegre.

KILLICK, Tony. **Development Economics in Action: A study of economic policies in Ghana**. Routledge, Segunda edição, Londres; Nova York. 2010

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e Libertação. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.) **História da África Volume VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.) **História da África Volume VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010

MAZRUI, Ali A. Early Struggles against Dependency: Nkrumah versus de Gaulle. In: ___. **Africa's international relations: the diplomacy of dependency and change**. Heinemann, London, 1977.

MIGNOLO, Walter (2002). **The geopolitics of knowledge and the colonial difference**. The South Atlantic Quarterly, v. 101, n. 1 p. 57-95

NGUGI, Wa Thiong'o. **Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature.** ZIMBABWE PUBLISHING HOUSE, Harare, Zimbabwe. 1986

NKRUMAH, Kwame. **Ghana: The Autobiography of Kwame Nkrumah** (Edinburgh: Thomas Nelson and Sons Ltd; 3rd edn 1976, New York: International Publishers). 1957a

NKRUMAH, Kwame. **Ghana's Policy at Home and Abroad.** Ghana Parliament. 1957b

NKRUMAH, Kwame. **Consciencism: Philosophy and Ideology for De-Colonisation.** First Modern Reader Paperback Edition, 1970

NKRUMAH, Kwame. **Africa Debe Unirse.** Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1965

NKRUMAH, Kwame. **Neo-Colonialism: the Last Stage of Imperialism.** International publishers CO, 1966

ORUKA, H. Odera. **Four Trends in African Philosophy.** Paper presented at the William Amo Symposium in Accra, Ghana, July 24–29. Later published in Alwin Diemer (ed.), *Philosophy in the Present Situation of Africa* (Weisbaden, Germany: Franz Steiner Erlagh). 1978

ORWA, D.K. The Search For African Unity, in OJO, Olatunde J.C.B. et al. *African International Relations.* London ; New York : Longman, 1985: 96-108

PADMORE, George. **Pan-Africanism or Communism? The Coming Struggle for Africa** (Foreword by Richard Wright. London, Dennis Dobson, 1956)

RALSTON, Richard David. A África e o Novo Mundo. IN: **História da África Volume VII - 1880-1935**, BOAHEN

ROSENAU, James N. (ed.) **Comparing Foreign Policies. Theories, Findings and Methods.** Halsted Press, 1974.

ROSENAU, James N. **The Scientific Study of Foreign Policy.** New York, Nichols Publishing Company, 1980.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. **Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira:** trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional* 56 (1): 40-59 [2013]

SANTOS, Boaventura; **La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación.** Bogotá: ILSA, Universidad Nacional de Colombia, 1998

SOLDATOS, Panayotis; MICHELMANN, Hans (eds.). **Federalism and international relations:** the role of subnational units. New York: Oxford University Press, 1990

THIAM, Doudou. **The Foreign Policy of African States: Ideological bases, Presente Realities, Furure Prospects.** Phoenix House, Londres. 1965

TILLY, Charles. **Democracy.** New York: Cambridge University Press, 2007.

TILLY, Charles. **Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons.** New York: Russell Sage Foundation, 1984

YEE, Albert S. **The Causal Effects of Ideas on Policies.** International Organization 1996, p. 69-108

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics.** Addison-Wesley Publishing Company. Reading, Massachusetts, 1979

Washington, Booker T. **The Tuskegee Negro School. What it Has Done in this Ten Years of Existence.** The New York Times, 1891

WHITE, Brian. **Understanding European Foreign Policy.** Londres: Palgrave, 2001.